

 	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 1/62
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------	---------------------

ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

REQUERENTE: TECELAGEM REISTIN LTDA - EPP

RESPONSÁVEL TÉCNICO: RODRIGO LUIZ MARCHI

KAROLINE HEIL SOARES

Fevereiro/2025

Guabiruba-SC

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 2/62
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------	---------------------

Sumário

Lista de Figuras	4
Lista de Quadros	4
1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVO	7
3. JUSTIFICATIVA	8
4. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EIV/RIV	8
4.1 Área de Influência Direta (AID)	8
4.2 Área de Influência Indireta (AII).....	9
5. METODOLOGIA.....	10
5.1 Contagem de tráfego.....	10
5.2 Via de acesso a empresa.....	11
5.3 Ruído.....	13
5.3.1 Condições ambientais.....	13
5.3.2 Condições para a medição	13
5.3.3 Procedimentos de medição.....	14
5.3.4 Equipamentos	15
5.3.5 Pontos de medição	17
5.4 Levantamento de Flora	20
5.5 Levantamento de Fauna	20
6. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	21
6.1 Legislação Federal	21
6.2 Legislação Estadual	22
6.3 Legislação Municipal	22
7. INFORMAÇÕES GERAIS	23
7.1 Identificação do empreendimento	23
7.2 Identificação do profissional responsável.....	23
8. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	24
8.1 Localização do empreendimento	24
8.2 Zoneamento	26
8.3 Descrição do empreendimento	27
8.4 Horário de funcionamento e funcionários.....	28
9. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE VIZINHANÇA.....	28

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 3/62
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------	---------------------

9.1	Adensamento Populacional.....	28
9.2	Equipamentos Urbanos e Comunitários.....	28
9.2.1	Energia elétrica	28
9.2.2	Saneamento Básico	29
9.2.3	Resíduos sólidos.....	30
9.2.4	Abastecimento de água	31
9.2.5	Saúde.....	32
9.2.6	Educação	33
9.3	Uso e ocupação do solo.....	35
9.4	Valorização imobiliária	37
9.5	Geração de tráfego e demanda por transporte público.....	38
9.6	Ventilação, iluminação e nível de ruídos.....	38
9.6.1	Ruídos.....	38
9.7	Paisagem urbana e patrimônio natural, histórico e cultural	45
9.8	Vegetação e arborização urbana	46
9.9	Fauna	47
9.10	Periculosidade.....	48
9.11	Vibração	49
10.	IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS.....	49
10.1	Metodologia.....	49
10.2	Impacto na Infraestrutura urbana	51
10.2.1	Impactos Positivos	51
10.2.2	Impactos Negativos.....	52
10.2	Impacto ambiental na área de vizinhança.....	53
10.2.1	Impactos Positivos.....	53
10.2.2	Impactos Negativos	53
13.	MATRIZ DE IMPACTOS.....	55
13.1	Impacto na Infraestrutura urbana	55
13.2	Impacto ambiental na área de vizinhança.....	56
14.	CONCLUSÃO	57
15.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
16.	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	60

Lista de Figuras

Figura 1. Área de Influência Direta do empreendimento.....	9
Figura 2. Área de Influência Indireta do empreendimento.....	10
Figura 3 - Via onde está localizada a empresa.	11
Figura 4 – Rua Henrique Schumacher (sentido Rua Brusque).	12
Figura 5 – Rua Henrique Schumacher (sentido final da rua).	12
Figura 6 – Medidor de nível de pressão sonora da marca 01 dB, modelo FUSION 3G.	16
Figura 7 – Calibrador acústico modelo CAL31, marca 01 dB.....	17
Figura 8 - Mapa de distribuição dos pontos de aferição dos ruídos.	18
Figura 9 - Detalhe do ponto de medição P1.....	18
Figura 10 - Detalhe do ponto de medição 2.	19
Figura 11 - Detalhe do ponto de medição 3.	19
Figura 12 - Detalhe do ponto de medição 4.	19
Figura 13 - Detalhe do ponto de medição 5.	20
Figura 14 - Detalhe do ponto de medição 6.	20
Figura 15 – Localização do município de Guabiruba – SC.	24
Figura 16 – Localização da empresa.....	25
Figura 17 – Área de estacionamento da empresa, pátio de manobras e carga e descarga.....	26
Figura 18 – Tabela de índices urbanísticos, de acordo com o zoneamento municipal. Fonte: Adaptado do Anexo III do Plano Diretor Municipal.....	27
Figura 19 – Localização da empresa no zoneamento do Município de Guabiruba. Fonte: Adaptado do Georreferenciamento Guabiruba Geo Ciga.	27
Figura 20 - IDEB observado no município nos últimos anos.....	35
Figura 21. Representação do uso e ocupação do solo na área e no entorno do empreendimento.....	36
Figura 22 - Delimitação da APP do curso d'água presente no entorno.	37
Figura 23 - Vias de acesso a área de estudo.....	38
Figura 24 - Tabela 3 da NBR 10151 com limites de NPS por tipo de área e período.	39
Figura 25 - Resultado nas medições no P1.....	40
Figura 26 - Resultado das medições no P2.....	41
Figura 27 - Resultado das medições no P3.....	42
Figura 28 - Resultado das medições no P4.....	43
Figura 29 - Resultado das medições no P5.....	44
Figura 30 - Resultado das medições no P6.....	45

Lista de Quadros

Quadro 1- Atributos analisados na metodologia de identificação de impactos ambientais	50
------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Quadro 2 - Matriz de Avaliação de Impacto Ambiental referente a infraestrutura urbana 555

Lista de tabelas

Tabela 1 - Dados do requerente.....	23
Tabela 2 - Dados dos responsáveis técnicos	23
Tabela 3 - Tipo de consumidores e a sua respectiva representatividade no consumo de energia elétrica do município de Guabiruba, para o ano de 2008.....	29
Tabela 4 - Indicadores de saneamento básico de Guabiruba – SC.....	30
Tabela 5 - Indicadores de abastecimento de água para o município de Guabiruba - SC.....	31
Tabela 6 - Número de alunos matriculados no município de Guabiruba, no ano de 2012, por dependência.....	33
Tabela 7 – Resultado das medições no P1.....	40
Tabela 8 - Resultado das medições no P2.....	40
Tabela 9 - Resultado das medições no P3.....	41
Tabela 10 - Resultado das medições no P4.....	42
Tabela 11 - Resultado das medições no P5.....	43
Tabela 12 - Resultado das medições no P6.....	44
Tabela 14 - Espécies de fauna encontradas na área.....	48

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 6/62
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------	--------------

1. INTRODUÇÃO

A questão ambiental nos dias de hoje é um tema que vem crescendo globalmente, frente aos problemas ambientais que se tornam cada vez mais comuns (aquecimento global, a extinção de espécies de fauna, desmatamentos, enchentes, terremotos, entre outros). Alguns fatores causais referem-se ao crescimento populacional desordenado, desperdício de matéria prima e energia, uso inconsciente dos recursos naturais, estilos de consumo e de produção elevados, urbanização desordenada, dentre outros (ZACARIS; PINTO, 2010).

No que diz respeito à urbanização mal planejada, tem-se que a mesma vem interferindo e perturbando em dimensões ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Visto isso, está em vigor desde o ano de 2001 o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O mesmo, nos seus artigos 36, 37 e 38, instituiu um instrumento de gestão ambiental urbana, denominado Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Neste, de acordo com Sampaio (2005), busca-se, preponderantemente, avaliar a repercussão do empreendimento sobre a paisagem urbana; sobre as atividades humanas instaladas; sobre a movimentação de pessoas e mercadorias; e sobre os recursos naturais da vizinhança. Sendo que, a aplicação deste deverá ser definida mediante lei municipal que estabelecerá quais empreendimentos e atividades, em área urbana, serão passíveis da elaboração um EIV (BRASIL, 2001).

No que diz respeito ao município de Guabiruba, local onde está instalada a empresa Tecelagem Reistin Ltda, o Plano Diretor, lei complementar nº 1.691 de 2019, estabelece, na seção II, artigo 74, inciso primeiro, que:

[...] Os usos e atividades tratados nos incisos I a IV deste artigo e definidos no Anexo IV - Tabela de Nível de Degradação Ambiental, nos casos especificados, para serem permitidos, deverão ser submetidos à exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), devendo ainda

atender a exigência da legislação Estadual aqueles que se enquadrem na classificação emitida pelo órgão estadual de meio ambiente;

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 7/62
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------	---------------------

Ainda, de acordo com o referido Plano Diretor, artigo 167, os itens mínimos que devem constar no EIV são:

- I - adensamento populacional;
- II - uso e ocupação do solo;
- III - valorização imobiliária;
- IV - áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;
- V - equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;
- VI - equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;
- VII - sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;
- VIII - poluição sonora, atmosférica, hídrica e visual;
- IX - vibração;
- X - periculosidade;
- XI - riscos ambientais;
- XII - impacto socioeconômico na população residente ou atuante no entorno.

2. OBJETIVO

O presente Estudo de Impacto de Vizinhança tem como objetivo levantar impactos gerados durante as atividades da empresa Tecelagem Reistin que já se encontra instalada na comunidade a alguns anos. Visa analisar os impactos negativos e apresentar propostas de mitigação e compensação desta implantação, se necessário, objetivando minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos.

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 8/62
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------	--------------

3. JUSTIFICATIVA

O presente Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV), se refere ao processo nº 4101/2024, para ampliação das instalações da empresa, segue as recomendações instituídas pela lei Federal nº 10.257/2001 e Lei Municipal Complementar nº 1.691/2019.

A importância do EIV é que o mesmo tem características de precaução, objetivando evitar a ocorrência de desequilíbrios no crescimento urbano, a fim de garantir condições mínimas e adequadas da ocupação. Desta maneira, passa-se a avaliar quais os impactos causados pela instalação do empreendimento na região e, posteriormente, recomenda-se a adoção de ações para mitigação e redução dos mesmos. (WILLEMAM, 2007).

Ainda, várias são as vantagens do EIV, como: auxilia na aprovação do empreendimento; analisa os impactos negativos e positivos da instalação do empreendimento; prevê a repercussão que o empreendimento irá causar na região; apresenta as possíveis medidas para a mitigação dos impactos negativos gerados, de modo a viabilizar o empreendimento; e recomenda ajustes necessários para a infraestrutura da região do entorno (VALÉRIE, 2014).

4. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EIV/RIV

4.1 Área de Influência Direta (AID)

A Área de Influência Direta (AID) determinada para fins deste estudo foi delimitada a partir de um raio de 350 metros do centro do terreno do empreendimento (Figura 1). Na mesma inserem-se áreas de comércio e áreas residenciais. Esta área foi escolhida em decorrência da proximidade do empreendimento, bem como por ser a área que é diretamente afetada pela entrada e saída de funcionários e clientes.

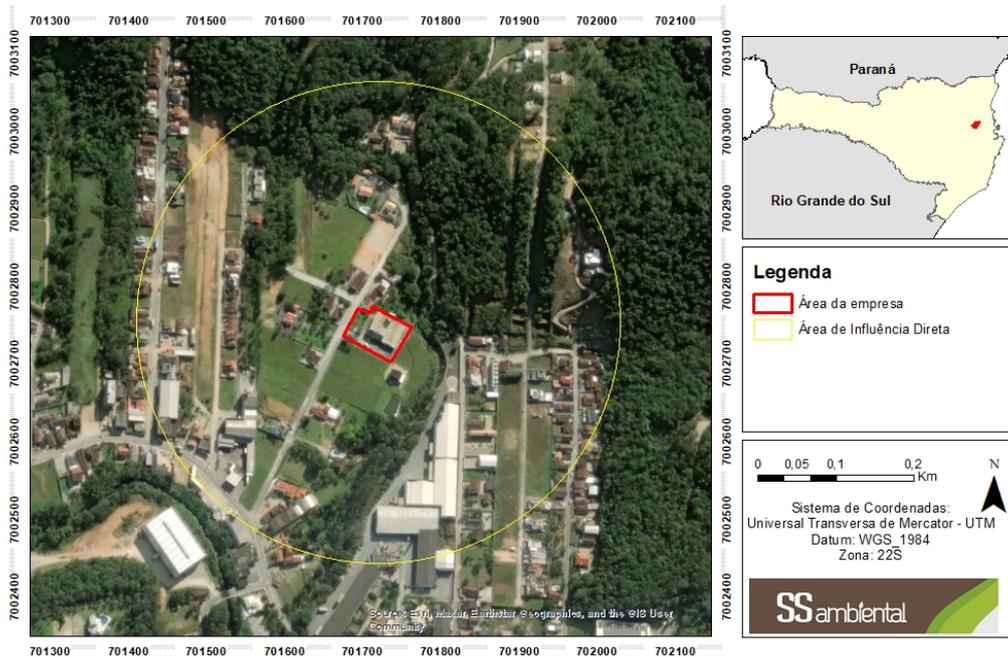


Figura 1 - Área de Influência Direta do empreendimento.

4.2 Área de Influência Indireta (AII)

Para a delimitação da Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, levou-se em consideração a o município de Guabiruba. A referida área foi escolhida, uma vez que receberão, de maneira indireta, os impactos advindos da operação do empreendimento, como geração de emprego e renda.

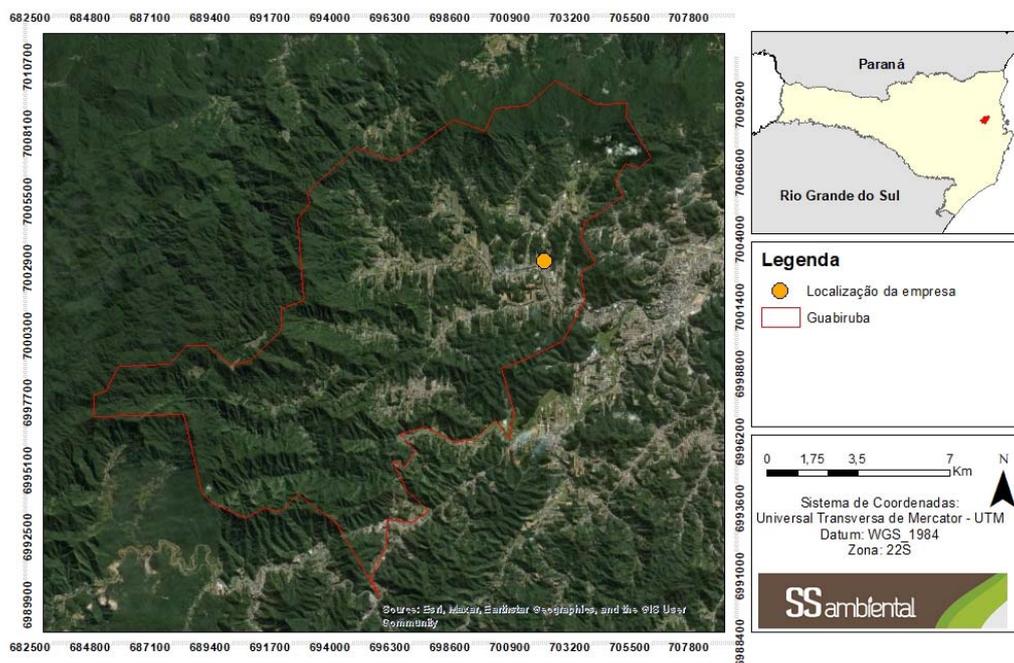


Figura 2 - Área de Influência Indireta do empreendimento.

A AII é caracterizada por tráfego de veículos regular, no entanto, como a implantação do empreendimento não aumentará esse fluxo, esse tráfego deve permanecer o mesmo. Ainda, há na região a moderada presença de residências e há a presença de atividades comerciais e industriais.

5. METODOLOGIA

5.1 Contagem de tráfego

A ampliação do empreendimento não acarretará um aumento significativo no fluxo de veículos diariamente na via de acesso a empresa. A única via de acesso a empresa é considerada uma via secundária que não apresenta fluxo contínuo de veículos. Por isso, diante desse cenário, não se viu a necessidade de contabilizar o tráfego, visto que essa via é utilizada somente por moradores. Pode ser visualizado na (Figura 3), que a via não possui saída, ou seja, é utilizada somente por funcionários, clientes, fornecedores e moradores.

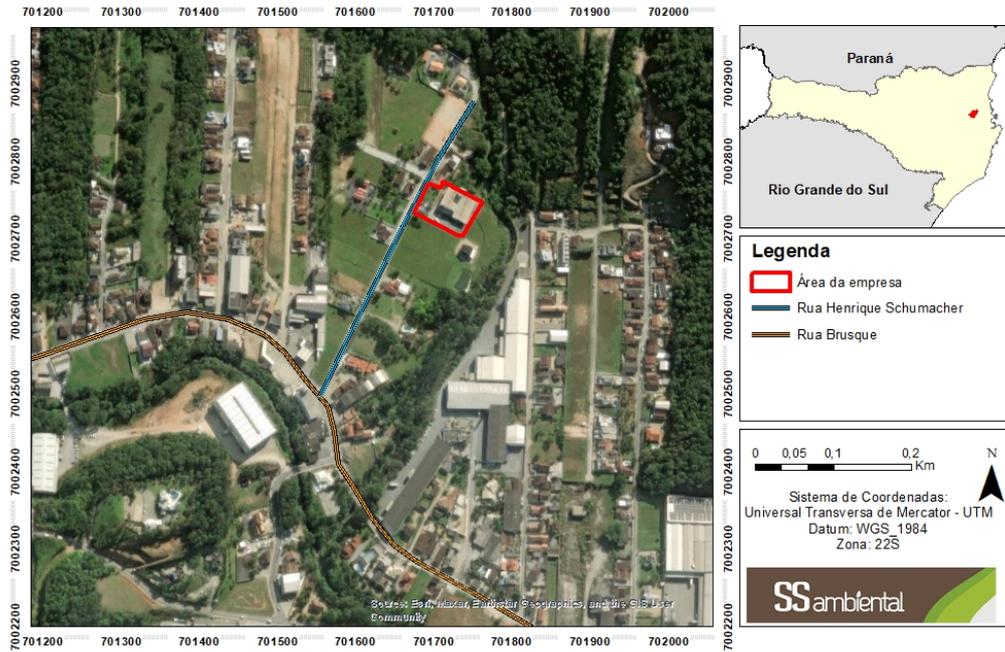


Figura 3 - Via onde está localizada a empresa.

5.2 Via de acesso a empresa

Nas imagens abaixo se pode observar a Rua Henrique Schumacher onde encontra-se instalada a empresa.



Figura 4 – Rua Henrique Schumacher (sentido Rua Brusque).



Figura 5 – Rua Henrique Schumacher (sentido final da rua).

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 13/62
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------	---------------

5.3 Ruído

A Resolução CONAMA nº 1, de 08 de março de 1990, estabelece no inciso VI que as medições de ruído devem ser efetuadas de acordo com a NBR 10151 – Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade, conforme descrição resumida da metodologia a seguir

A NBR 10.151 define três métodos de medição, que são eles: item 8.1 “Método Simplificado”, 8.2 “Método Detalhado” e 8.3 “Método de monitoramento de longa duração”. O primeiro é para medição pressão sonora global, ambientes internos e externos, para sons contínuos ou intermitentes, já o segundo que é método detalhado, também para ambientes internos e externos, mas para sons contínuos intermitentes, impulsivo e tonais. O terceiro é para ambientes de longa duração aplicáveis para fins de planejamento urbano. No caso do laudo aqui descrito, foi utilizado o método simplificado, devido aos ruídos do local serem caracterizados como sons contínuos e intermitentes.

Para tanto, a medição foi realizada no dia 31 de janeiro de 2025 às 16 horas, em 06 pontos localizados no entorno da empresa. Esta seguiu o estabelecido nas normas acima citadas.

5.3.1 Condições ambientais

Durante o período de aferição no dia 31 de janeiro de 2025 (sexta-feira), não foi observado indícios de chuva ou intempéries que atrapalhassem ou impedissem o ensaio. Quanto à nebulosidade, o céu estava com boa visibilidade e sem obstrução significativa (teto), proporcionando condições adequadas para as medições. A temperaturas média registrada foi 29°C. A velocidade média dos ventos durante o período de aferição foi de 12 km/h. O vento assoprava nas direções Norte e Leste.

5.3.2 Condições para a medição

Baseando-se na referida norma, as seguintes condições foram respeitadas para a realização das medições de nível de pressão sonora:

1) No levantamento de níveis de pressão mediu-se de acordo com o item 7.5.2 da NBR 10151:2019.

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 14/62
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------	---------------

2) Todos os valores medidos do nível de pressão sonora foram aproximados ao valor inteiro mais próximo.

3) Não foram efetuadas medições na existência de interferências audíveis advindas de fenômenos da natureza (por exemplo: trovões, chuvas fortes etc.)

4) Foi prevenido o efeito de ventos sobre o microfone com o uso de protetor.

5) No exterior das edificações que são receptoras dos níveis de pressão, as medições foram efetuadas em pontos afastados aproximadamente 1,2 m do piso e pelo menos 1 m da fachada do receptor e de 2 m de quaisquer outras superfícies refletoras, como muros, paredes etc.

6) Não foram avaliadas as fachadas internas as edificações, pois não foram objetos de entes reclamantes.

7) O campo de avaliação foi considerado campo livre, sem nenhuma superfície vertical refletora.

8) O nível de pressão sonora equivalente (L_{Aeq}) foi calculado e fornecido diretamente pelo aparelho, que conta com esta função automática.

5.3.3 Procedimentos de medição

Baseando-se na referida norma, os seguintes procedimentos de medição do ruído em área habitada foram seguidos:

1) Avaliação do local e das fontes de ruído para definição dos pontos de medição.

2) Definição do horário das medições de acordo com o regime de funcionamento do estabelecimento.

3) Medição do Nível de Ruído Global, na ausência do ruído gerado pela fonte sonora em questão no modo simplificado.

4) Medição do Nível de Pressão Sonora ponderado em A e com leitura ajustada para resposta rápida (fast), com a fonte geradora de ruído em funcionamento.

5) Determinação do Nível de Pressão Sonora Equivalente (L_{Aeq}), fornecido diretamente pelo aparelho.

6) Comparação dos resultados obtidos com o Nível de Critério de Avaliação (NCA), conforme item 6.2 da NBR 10151/2019.

7) Avaliação dos descritores L_{Aeq} , L_{Amax} , L_{Aeq} (específico) e do L_{Aeq} (residual).

8) Elaboração do Parecer Técnico final.

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 15/62
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------	----------------------

5.3.4 Equipamentos

5.3.4.1 Medidor de Nível de Pressão Sonora

O medidor de nível de pressão sonora utilizado foi o modelo FUSION 3G da empresa 01dB, com o número de série 12279, que atende estudos acústicos em edificações e avaliação de ruído ambiental conforme a nova NBR 10151:2020, NBR 10152:2017 e NBR 15575, com aprovação internacional de modelo, realiza análise espectral de ruído em bandas de oitava e terços de oitava, possui memória interna, apresenta diversos parâmetros acústicos pertinentes as principais normativas e está em conformidade com as IEC 61672 (todas as partes) 61094 e 61260, classe 1.

5.3.4.2 Características Principais do Equipamento

O FUSION apresenta características listadas abaixo:

- Classe 1 CEI 61672;
- Pré-amplificador integrado;
- Microfone campo livre pré-polarizado G.R.A.S. 40 CE;
- Larga faixa dinâmica de 118 dB;
- Verificação elétrica CIC automática de calibrador;
- Tela grande colorida de alta definição e legível ao sol;
- Grips laterais de borracha;
- Garra de fixação da bola anti vento;
- All-in-one Wi-Fi, Modem 3G, GPS;
- Controle remoto por interface web;
- Gravação em paralelo dos principais indicadores acústicos;
- Triggers aperfeiçoados;
- Gravação de sinal áudio metrológico;
- Gravação de sinal de vibração em 3 eixos sem fio;
- Autonomia 24h;
- Gravação simultânea de áudio, registro e registro rápido de banda larga e banda estreita disponíveis com todas as medições. Softwares de processamento associados (dBTrait, dBFa, dBInsid).



Figura 6 – Medidor de nível de pressão sonora da marca 01 dB, modelo FUSION 3G.

5.3.4.3 Calibrador Acústico

O calibrador acústico utilizado foi o modelo CAL31 da fabricante 01dB, com número de série 97528, que atende a todas as especificações da IEC 60942:2003 Classe 1, com certificado de calibração RBC2-11909-624. Imediatamente antes e após cada conjunto de medições relativas ao mesmo evento, realizou-se o ajuste do medidor de nível de

pressão sonora com o calibrador acústico, conforme especificado no item 7.2 da NBR 10151.



Figura 7 – Calibrador acústico modelo CAL31, marca 01 dB.

5.3.5 Pontos de medição

Foram um total de 6 pontos que foram medidos durante a campanha. Todos no entorno da empresa, conforme pode ser visualizado na Figura 8.

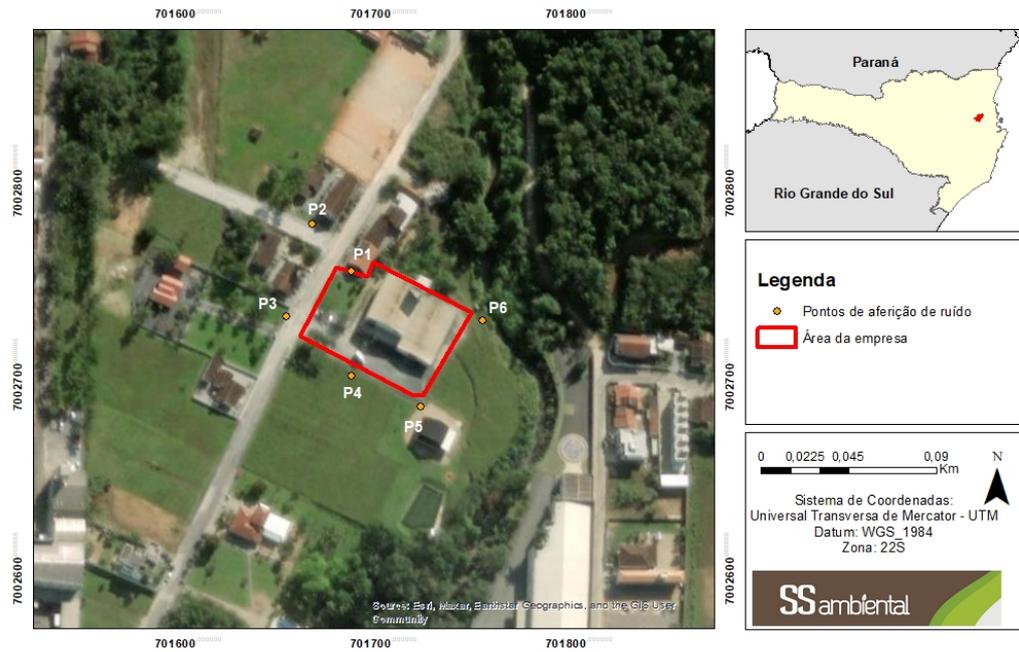


Figura 8 - Mapa de distribuição dos pontos de aferição dos ruídos.

Abaixo tem-se as imagens de cada ponto medido.



Figura 9 - Detalhe do ponto de medição P1.



Figura 10 - Detalhe do ponto de medição P2.



Figura 11 - Detalhe do ponto de medição P3.



Figura 12 - Detalhe do ponto de medição P4.



Figura 13 - Detalhe do ponto de medição P5.



Figura 14 - Detalhe do ponto de medição P6.

5.4 Levantamento de Flora

Não há vegetação nativa na área do empreendimento, o levantamento realizado foi para a região utilizando apenas dados secundários.

5.5 Levantamento de Fauna

Para a realização do levantamento de fauna desta área, aplicou-se o método do caminhamento. Esta técnica consiste em percorrer diferentes locais no terreno, a procura de animais ou de vestígios da presença dos mesmos.

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 21/62
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------	----------------------

6. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

6.1 Legislação Federal

- Constituição Federal de 1988 – Apresenta no Título VIII – Da Ordem Social – três capítulos de importância em relação às questões socioambientais: Capítulo III – Da Educação instituídos cuidados e restrições em relação à utilização dos recursos naturais e ao patrimônio cultural. Em especial, amplia o conceito de responsabilidade e a possibilidade de sanção civil e penal para os órgãos do setor público. Destaca-se, ainda que, em seu artigo 5º item LXXIII, determina que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural; Da Cultura e do Desporto, Capítulo VI – Do Meio Ambiente. Nestes capítulos são
- Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade;
- Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 7.804 de 18 de julho de 1989 - Altera a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei Federal nº 7.735/89, a Lei Federal nº 6.803/80, a Lei Federal nº 6.902/81, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
- Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Resolução CONAMA nº01 de 08 de março de 1990 - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política;
- Resolução CONAMA nº303 de 20 de março de 2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente;

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 22/62
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------	-----------------------------

6.2 Legislação Estadual

- Constituição Estadual de 1989 - Dedicar um capítulo específico ao tratado da questão ambiental. Como efeito, o Capítulo VI – Meio Ambiente estabelece no artigo 181, em conformidade com a Legislação Federal, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações”. Em seu artigo 182 item V, fica estabelecido que o Estado deve exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, estudos prévios de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- Lei Estadual nº 14.675 de 13 de abril de 2009 - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências;
- Resolução CONSEMA nº 99, de 5 de maio de 2017 - Aprova, nos termos da alínea a, do inciso XIV, do art. 9º da Lei Complementar federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, listagem das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, sujeitas ao licenciamento ambiental municipal e estabelece outras providências.

6.3 Legislação Municipal

- Lei Complementar 1.691/2019 – Altera o plano diretor de desenvolvimento sustentável do município de Guabiruba, e dá Outras providências;
- Lei 1534/2015 – Altera a Lei 1087, de Abril de 2008 (Política Municipal de saneamento básico);
- Lei Orgânica do município de Guabiruba;
- Lei 1531/2015 – Altera a composição do conselho municipal de defesa do meio ambiente – CONDEMA;

- Lei Complementar 1494/2014 – Altera e acrescenta ao plano diretor de desenvolvimento sustentável do município;
- Lei complementar 784/2001 – Institui a política municipal do meio ambiente e dá outras providências;
- Lei complementar 1067/2007 – Dispõe sobre a normatização técnica de caçambas leva entulho e sobre o sistema de coleta, transporte e destino final de resíduos não abrangidos pela coleta regular.

7. INFORMAÇÕES GERAIS

7.1 Identificação do empreendimento

Na tabela abaixo estão as informações de identificação do requerente do presente estudo, assim como do empreendimento:

Tabela 1 - Dados do requerente

Nome:	Tecelagem Reistin Ltda - EPP
CNPJ:	07.022.984/0001-50
Empreendimento:	Tecelagem Reistin
Endereço	Rua Henrique Schumacher, nº 200, Bairro Centro, município de Guabiruba – SC

7.2 Identificação do profissional responsável

Tabela 2 - Dados dos responsáveis técnicos

Nome:	Karoline Heil Soares	Rodrigo Luiz Marchi
CPF:	066.240.789-01	007.733.569-40
Formação e N° Conselho:	Cargo: Bióloga CRbio: 75888	Cargo: Engenheiro Ambiental

		Crea/SC: 069797-7
Endereço	Rua Bulcão Viana, 571, bairro Azambuja, município de Brusque – SC	Rua Azambuja, 702, bairro Azambuja, município de Brusque – SC

8. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

8.1 Localização do empreendimento

A empresa Tecelagem Reistin Ltda localiza-se no município de Guabiruba– SC (Figura 15), no Bairro Centro, Rua Henrique Schumacher, nº 200.

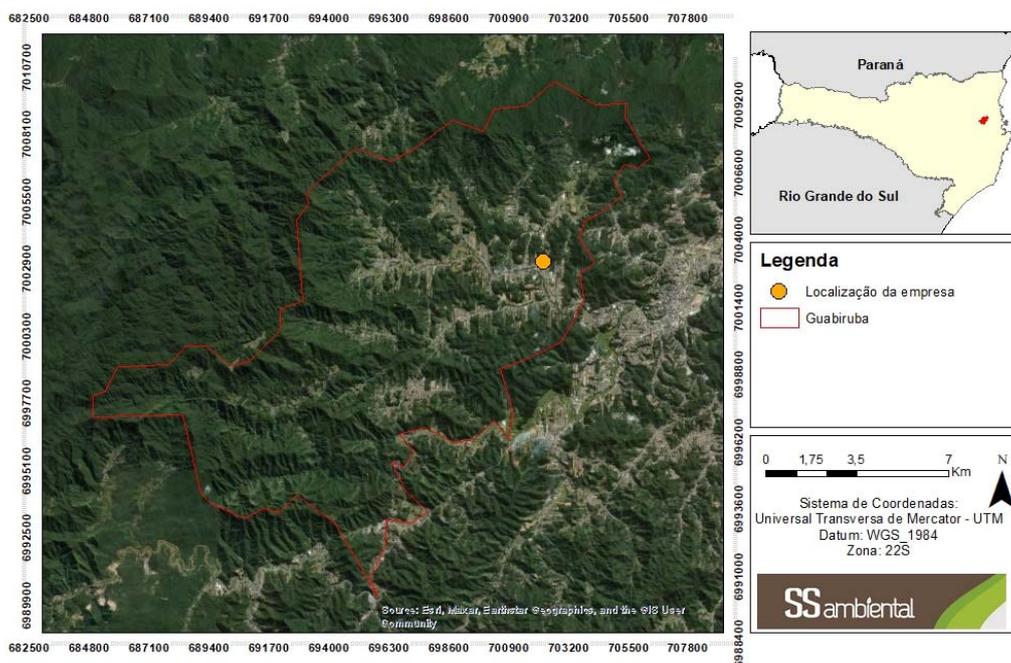


Figura 15 – Localização do município de Guabiruba – SC.

Sua localização geográfica é de latitude 27°04'57.60"S e longitude 48°57'56.92"O. A área do galpão atual é de 1.500,00 m² e, o empreendedor está requerendo autorização para construção de novo galpão para ampliar as instalações, onde, passará a ocupar uma

área construída total de 3.259,70 m². Tal localização e perímetro onde encontra-se instalada a empresa podem ser visualizados na figura que segue (Figura 16).

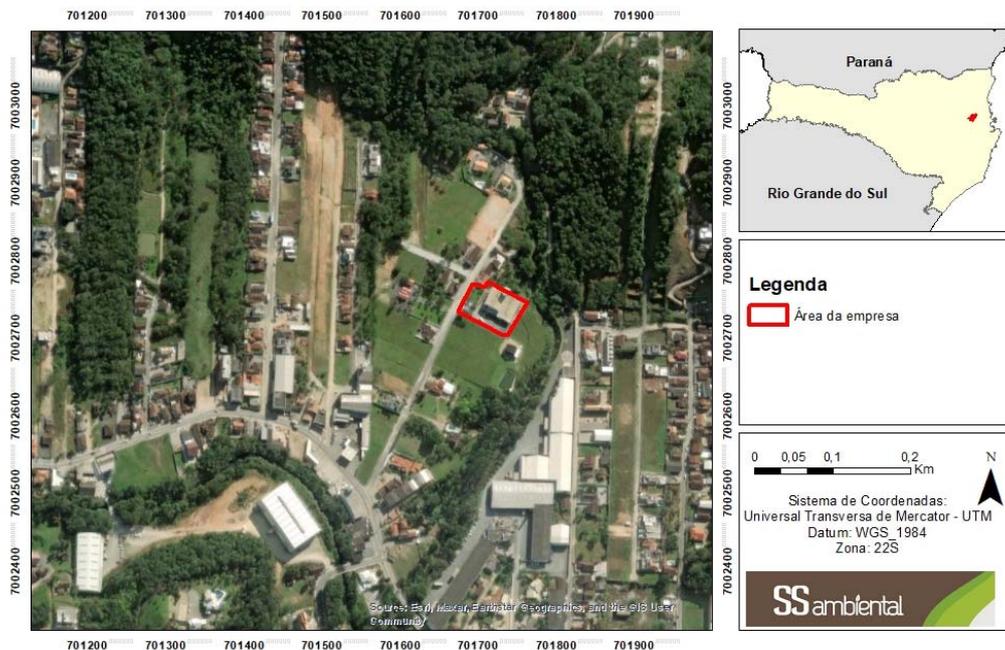


Figura 16 – Localização da empresa.

Em relação as instalações da empresa, nas imagens abaixo se pode observar as edificações, pátio de manobras, carga e descarga e estacionamento.



Figura 17 – Área de estacionamento da empresa, pátio de manobras e carga e descarga.

8.2 Zoneamento

De acordo com a lei complementar n°1.691/2019 que Altera o plano diretor de desenvolvimento sustentável do município de Guabiruba, e dá Outras providências, “o zoneamento municipal visa garantir critérios para uso e ocupação do solo no Município de Guabiruba em cada uma das zonas criadas, objetivando consolidar e otimizar a infraestrutura básica instalada e concentrar o adensamento de maneira a evitar a expansão desnecessária da malha urbana e preservar as áreas ambientalmente mais frágeis”.

O bairro Centro está dentro da Zona de Urbanização Intermediária – ZUI, a qual é definida pela referida Lei, anexo III:

“áreas com alguma infra-estrutura e com baixa ocupação, e tendências ao incremento de funções urbanas.”

ZUI	ZONA DE URBANIZAÇÃO INTERMEDIÁRIA	áreas com alguma infra-estrutura e com baixa ocupação, e tendências ao incremento de funções urbanas	60%	3,0	360	4	3,00	N7 (mínimo 1,5) (parede cega até 7m altura - 2 pavimentos)	12,00	Residencial			
							3,00 7,00 *			Não Residencial			

Habitação Unifamiliar			
Habitação Multifamiliar			
Comércio e Depósitos			
Serviços			
Institucional			
Indústria de Baixo Potencial DA			
Indústria de Médio Potencial DA			
Indústria de Alto Potencial DA			

Figura 18 – Tabela de índices urbanísticos, de acordo com o zoneamento municipal. Fonte: Adaptado do Anexo III do Plano Diretor Municipal.

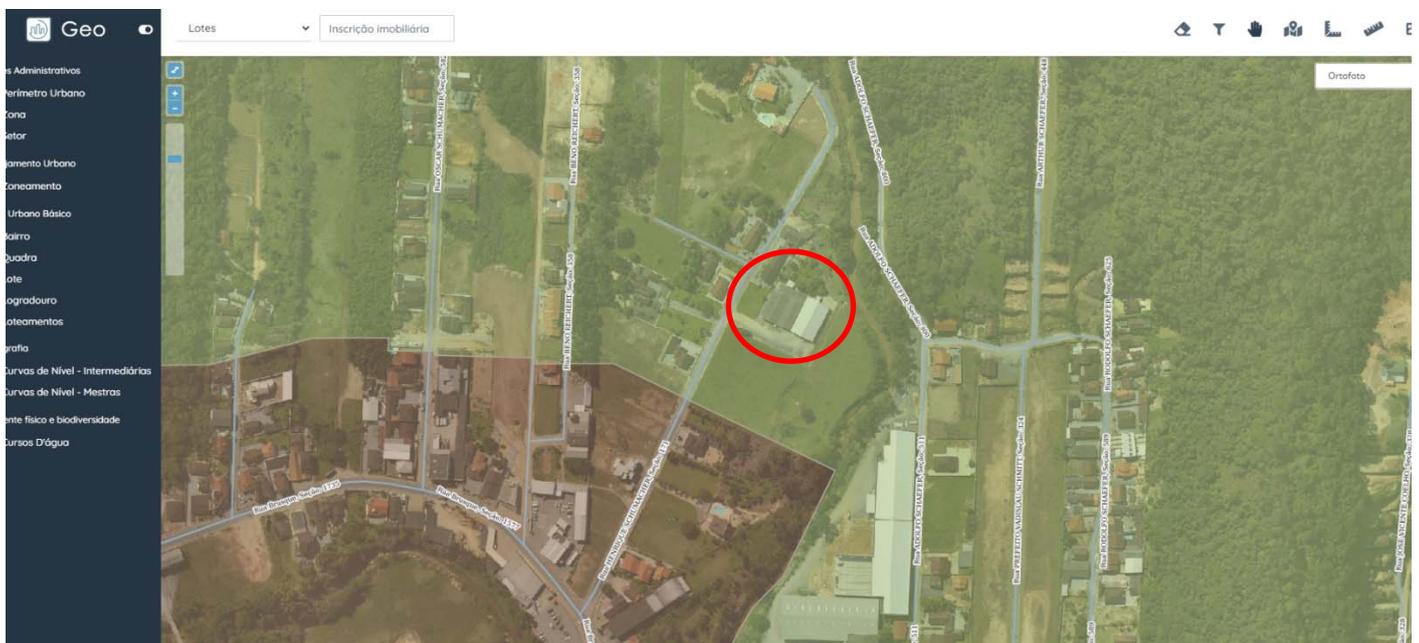


Figura 19 – Localização da empresa no zoneamento do Município de Guabiruba. Fonte: Adaptado do Georreferenciamento Guabiruba Geo Ciga.

8.3 Descrição do empreendimento

O processo da empresa consiste na compra do tecido, executa a talhação e costura, revisão e dobragem e embala o produto e o mesmo está pronto para o cliente final. Os resíduos gerados no processo são geralmente pequenas quantidades de retalhos, resíduos recicláveis (plásticos e papelão das embalagens) e resíduos comuns (de varrição e de refeitório).

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 28/62
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------	---------------

8.4 Horário de funcionamento e funcionários

O horário de funcionamento da empresa é das 5h às 22h de segunda a sexta-feira. A empresa conta com 26 funcionários diretos.

9. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE VIZINHANÇA

9.1 Adensamento Populacional

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano 2000 Guabiruba tinha uma população de 12.976 habitantes. O último censo demográfico realizado em 2010, a população de Guabiruba registrou um aumento de 42,03%, passando para uma população de 18.430 habitantes, sendo destes 17.066 na área urbana e 1.364 na área rural.

A densidade demográfica do município, no ano de 2010, era de 99,6 hab/km² (SEBRAE-SC,2010). De acordo com as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a estimativa da população de Guabiruba para o ano de 2015 seria de 21.612 habitantes (IBGE, 2015).

Segundo IBGE, de acordo com o último censo demográfico (2010) o município de Guabiruba possuía 5.602 domicílios particulares.

Não foram encontrados na literatura dados referente a população por bairro em Guabiruba, porém, o bairro centro é área de prioridade na urbanização (mais urbanizado) do município e conseqüente um dos bairros mais populosos.

9.2 Equipamentos Urbanos e Comunitários

9.2.1 Energia elétrica

A CELESC é a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no município de Guabiruba, sendo que no referido município o número de unidades consumidoras de energia elétrica apresentou um acréscimo de 23,9% no período de 2004 a 2008. No

mesmo período (2004-2008) a evolução do consumo de energia foi de 46,8% (SEBRAE-SC, 2010).

Os setores mais representativos no que diz respeito ao consumo de energia elétrica no município podem ser observados abaixo:

Tabela 3 - Tipo de consumidores e a sua respectiva representatividade no consumo de energia elétrica do município de Guabiruba, para o ano de 2008

Tipo de consumidor	Nº de unidades consumidoras	Consumo total (kW/h)
Residencial	5.168	13.914.165
Industrial	442	31.845.971
Comercial	301	13.048.520
Rural	103	319.823
Poderes Públicos	36	332.054
Iluminação Pública	1	1.760.137
Serviço Público	4	343.961
Consumo próprio	1	923
Total	6.056	61.565.554

9.2.2 Saneamento Básico

O município de Guabiruba não possui sistema de esgotamento sanitário, apenas um sistema de afastamento que se dá juntamente com a rede coletora de águas pluviais. Sendo estes serviços prestados hoje pela Guabiruba Saneamento. Segundo a Revisão do Plano de Saneamento Básico, cerca de 79,78% das residências no município de Guabiruba possuem tanque séptico, enquanto 52,62% delas possuem filtro anaeróbio, para complementação do tratamento individual (Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, 2018). Com relação à manutenção destes sistemas, apenas 46,32% dos entrevistados declararam fazer a limpeza regular das unidades de tratamento,

independente de fazer com a periodicidade exigida no projeto, enquanto 53,68% declaram não realizar a limpeza em seus sistemas (Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, 2018).

Sendo assim, os esgotos domésticos da cidade de Guabiruba são, em via de regra, lançados atualmente em sistemas individuais constituídos por tanque séptico e filtro anaeróbio, porém não há controle quanto à manutenção e o número destes.

Os indicadores de saneamento básico do município (Tabela 4), contidos no relatório disponibilizado pelo Sebrae-SC no ano de 2010, demonstram que a fossa séptica é o tipo mais representativo (56,2%), seguido daqueles que estão diretamente ligados a rede pluvial.

Tabela 4 - Indicadores de saneamento básico de Guabiruba – SC.

Indicadores de saneamento básico	Domicílios
Ligados a rede de esgoto ou pluvial	235
Fossa séptica	2.049
Fossa rudimentar	933
Vala	145
Rio, lago ou mar	264
Outro escoadouro	5
Sem banheiro ou sanitário	17

Fonte: SEBRAE, 2010.

9.2.3 Resíduos sólidos

A coleta dos Resíduos Sólidos Urbanos (lixo comum) é realizado nas segundas, quartas e sextas iniciando às 5h da manhã nos bairros Lageado Baixo, Lageado Alto, Planície Alta e Guabiruba Sul. Nas terças, quintas e sábados o serviço de coleta do lixo comum inicia às 5h da manhã nos bairros Centro, Guabiruba Sul, Imigrantes e às 13h nos bairros Centro, Aymoré e Pomerânia.

Os resíduos recicláveis, são coletados nas segundas, iniciando às 5h da manhã nos bairros Centro, Imigrantes e na parte da tarde a partir das 13h nos bairros Centro, Aymoré e Pomerânia. Nas terças os resíduos recicláveis são coletados a partir das 5h da manhã nos bairros Lageado Baixo, Lageado Alto, Planície Alta e Guabiruba Sul e na parte da tarde a partir das 13h nos bairros Guabiruba Sul e São Pedro.

9.2.4 Abastecimento de água

Os serviços de captação, tratamento e abastecimento de água são realizados pela Guabiruba Saneamento no município de Guabiruba. A rede constituída para prestação dos serviços pela entidade é formada apenas por uma rede geral de distribuição de água, não incluindo uma rede coletora de esgoto. A área de abrangência do abastecimento atinge quase todo o município, exceto as localidades de Planície Alta e Lageado Alto (PMSB, 2013).

Dados disponibilizados pelo Sebrae – SC, no ano de 2013, demonstram que a rede geral é a forma de abastecimento mais utilizada pela população do município. Os demais indicadores podem ser visualizados abaixo:

Tabela 5 - Indicadores de abastecimento de água para o município de Guabiruba - SC.

Indicadores de abastecimento de água em Camboriú – 2000	Domicílios	% relativo
Ligados a rede geral	1.833	50,2%
Canalizados poço ou nascente	1.796	49,2%
Não canalizados poço ou nascente	4	0,1%
Outros canalizados	11	0,3%
Outros não canalizados	4	0,1%
Total	3.648	100,0%

Aproximadamente 76,21% da população de Guabiruba é abastecida com água tratada (Guabiruba Saneamento).

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 32/62
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------	---------------

Contabilizando um montante de 119 litros consumidos por habitante por dia. Para armazenamento da água, o município possui dois reservatórios com capacidade total de 550 m³, localizados no centro do município, porém, este não possui macromedidores (PMSB, 2013).

Guabiruba conta com dois pontos de captação de água para abastecimento dentro dos limites do próprio município. Um deles localiza-se no rio Guabiruba Sul e o outro no ribeirão Lageado Alto. Ambos os pontos estão localizados em áreas cercadas, que apresentam vegetação preservada e onde é proibido a disposição de resíduos. No entanto, a água captada nestes pontos é constantemente contaminada com o lançamento de esgoto domiciliar sem tratamento e com a destinação inadequada de resíduos (PMSB, 2013).

Nestes dois pontos são captados 1.650 m³ de água diariamente e estes são submetidos quinzenalmente às análises bacteriológica, físico-química, de substâncias orgânicas, inorgânicas e teor de flúor natural. No entanto, são distribuídos por dia no município 1.570 m³ (PMSB, 2013).

O tratamento realizado nas ETA's (Estações de Tratamento de Água) é convencional, passando pelos processos de coagulação, floculação, decantação, filtração, fluoretação e desinfecção. Na água tratada são realizadas análises bacteriológicas diariamente e físico organolépticas mensalmente, A água distribuída recebe adição de flúor, fluorsilicato de sódio (PMSB, 2013).

9.2.5 Saúde

A taxa de natalidade bruta, em 2002, era de 12,9 nascidos vivos por mil habitantes. Em 2006, esta taxa passou para 11,8 nascidos vivos por mil habitantes, representando neste período uma queda de 8,6%, onde, no mesmo período o Estado de Santa Catarina apresentou uma queda desta taxa de 9% (SEBRAE-SC, 2010).

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2000, a expectativa de vida em Guabiruba era de 76 anos. Tal resultado é considerado de grande relevância, uma vez que supera os índices estaduais que é de 73 anos e o nacional que é de 68 anos de idade (SEBRAE-SC, 2010).

O município de Guabiruba conta com 6 (seis) Unidades Básicas de Saúde e uma Associação hospitalar (Prefeitura Municipal Guabiruba, 2016).

No ano de 2007 o Município contava com 15 leitos de internação. Do total de leitos existentes no município, 13 leitos (87%), realizam atendimento pelo Sistema único de Saúde – SUS (SEBRAE-SC, 2010).

Para o mesmo ano o município contava com 76 profissionais ligados a saúde, entre médicos, enfermeiros, dentistas e demais profissionais que servem a saúde.

Para a localidade do bairro Centro, temos a Unidade Básica de Saúde – Centro, localizada na Rua Brusque, 208 e a Policlínica de Guabiruba, localizada também na Rua Brusque, nº 195 (Figura 53), atendendo a comunidade local e demais comunidades do município.

9.2.6 Educação

Analisando o Plano Municipal de Educação do Município de Guabiruba elaborado em 2015, observa-se que no ano de 2012, o município de Guabiruba apresentava 3.982 alunos matriculados (não inclusos os alunos do ensino superior), sendo este número resultado do Balanço do Ministério da Educação relativo ao ano de 2012. No quadro abaixo é possível verificar a modalidade e detalhamento das matrículas.

Tabela 6 - Número de alunos matriculados no município de Guabiruba, no ano de 2012, por dependência.

Modalidade	Detalhamento	Alunos	% Relativo	% Modalidades
Ed. Infantil	Creche	241	6,1%	16,5%
	Pré-escola	415	10,4%	
Ensino Fundamental	1ª a 4ª série e anos iniciais	1.406	35,3%	58,4%
	5ª a 8ª série e anos finais	920	23,1%	
Ensino Médio		672	16,9%	16,9%
Educação profissional (Nível técnico)		-	-	-
EJA Presencial	Fundamental	-	-	-
	Médio	-	-	-
EJA Semi-Presencial	Fundamental	121	3,0%	6,9%

	Médio	153	3,8%	
Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e incluídos)	Creche	2	0,1%	1,3%
	Pré-escola	3	0,1%	
	Anos iniciais	23	0,6%	
	Anos finais	19	0,5%	
	Médio	6	0,2%	
	Educação profissional (Nível técnico)	-	-	
	EJA Fundamental	-	-	
	EJA Médio	-	-	

Segundo os dados disponibilizados no portal do INEP, no ano de 2012 o município de Guabiruba possuía 22 estabelecimentos destinados à Educação (Pré-escolar, Ensino Fundamental e Médio). O número de docentes registrados para este período foi de 188 profissionais. Deste total, 30 são da Pré-escola, 144 do ensino Fundamental e 44 do Ensino Médio (INEP, 2012).

O IDEB – Índice do Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Guabiruba nos últimos 5 anos, constata que nos anos iniciais (1º ao 5º ano) na rede municipal manteve-se a meta projetada pelo INEP, enquanto que os dados referentes aos anos finais do ensino fundamental demonstram uma ligeira queda dos observados em relação aos projetados (PME, Guabiruba, 2013).

No gráfico abaixo é possível observar o índice no Município dos últimos anos.



Figura 20 - IDEB observado no município nos últimos anos.

Fonte: Adaptado PME, Guabiruba, 2013.

9.3 Uso e ocupação do solo

As intervenções ocorridas no meio ambiente devido às ações antrópicas têm gerado impactos nas paisagens, principalmente devido a exploração e fragmentação das florestas, bem como pelo uso do solo (COELHO et al., 2014; SILVA; FRANÇA, 2013). O processo descontrolado de uso e ocupação do solo pode, além de outros danos, causar: perda da biodiversidade, diminuição da fertilidade do solo e intensificação dos processos erosivos (COELHO et al., 2014; FARINASSO et al., 2006).

De acordo com Santos (2004) apud Lopes e Strenzel (2014):

“analisar o uso e a ocupação do solo permite diagnosticar o nível de apropriação da sociedade sobre os diferentes espaços e ao mesmo tempo, serve como importante ferramenta na identificação de padrões de degradação e obtenção de informações dos meios biofísicos e socioeconômicos, auxiliando a gestão do território”.

Analisando o uso do solo nas proximidades da empresa (raio 350m), percebe-se a formação de três tipos de usos dominantes, vegetação arbórea nativa, vegetação rasteira e áreas urbanizadas. A empresa está situada em uma região de transição entre áreas urbanizadas e fragmentos de vegetação arbórea nativa. Essa localização decorre da proximidade com zonas de topografia elevada, que, em sua maioria, mantêm cobertura

vegetal relativamente conservada. Em contrapartida, as áreas de relevo mais plano apresentam uma crescente ocupação populacional, caracterizada pela presença de solos expostos e vegetação rasteira, o que favorece o potencial de expansão urbana da região. Esse padrão de ocupação reflete as particularidades geomorfológicas do município, marcado pela alternância entre elevações acentuadas e extensas planícies, um fator determinante na dinâmica de uso e ocupação do solo.

Estudos sobre a relação entre relevo e urbanização apontam que áreas de topografia acidentada tendem a ser menos ocupadas devido às dificuldades de construção e infraestrutura, enquanto terrenos planos são mais propícios à expansão urbana e ao desenvolvimento econômico (ROSS, 2006). Além disso, a manutenção de fragmentos de vegetação em regiões de maior declividade reforça a importância da conservação ambiental nesses espaços, minimizando impactos como erosão e assoreamento de corpos hídricos (SOUZA; ALMEIDA, 2018).

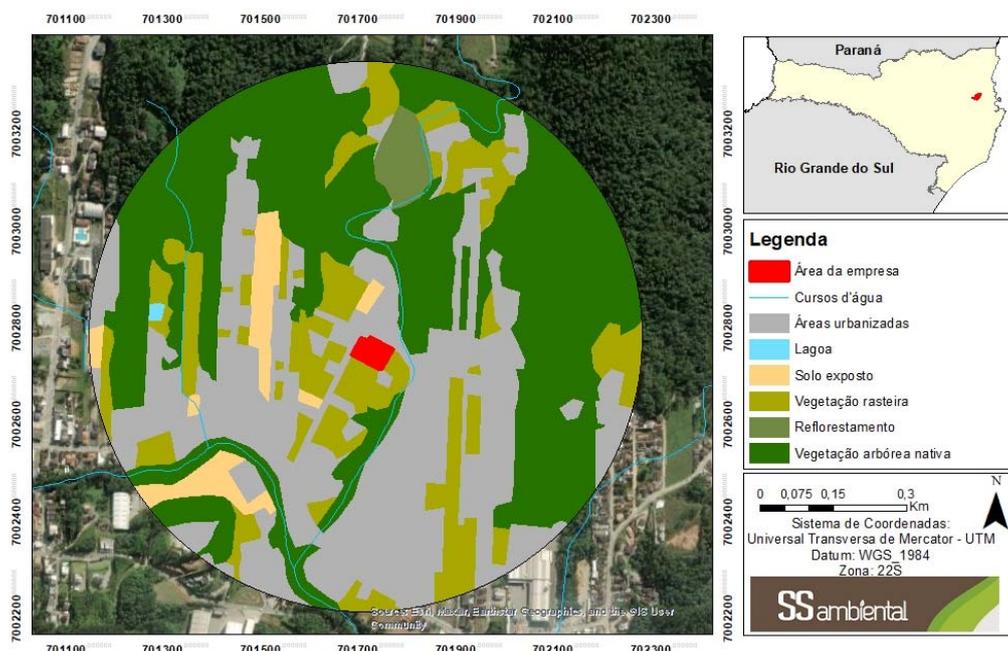


Figura 21 - Representação do uso e ocupação do solo na área e no entorno do empreendimento.

Nas imediações da empresa, há a presença de um curso d'água. No entanto, a empresa possui certidão emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

(anexo), que autoriza a adoção de um recuo de 15 metros em relação ao referido corpo hídrico. Esse recuo, devidamente aprovado para a localidade, é rigorosamente respeitado pela empresa, conforme demonstrado na figura abaixo.

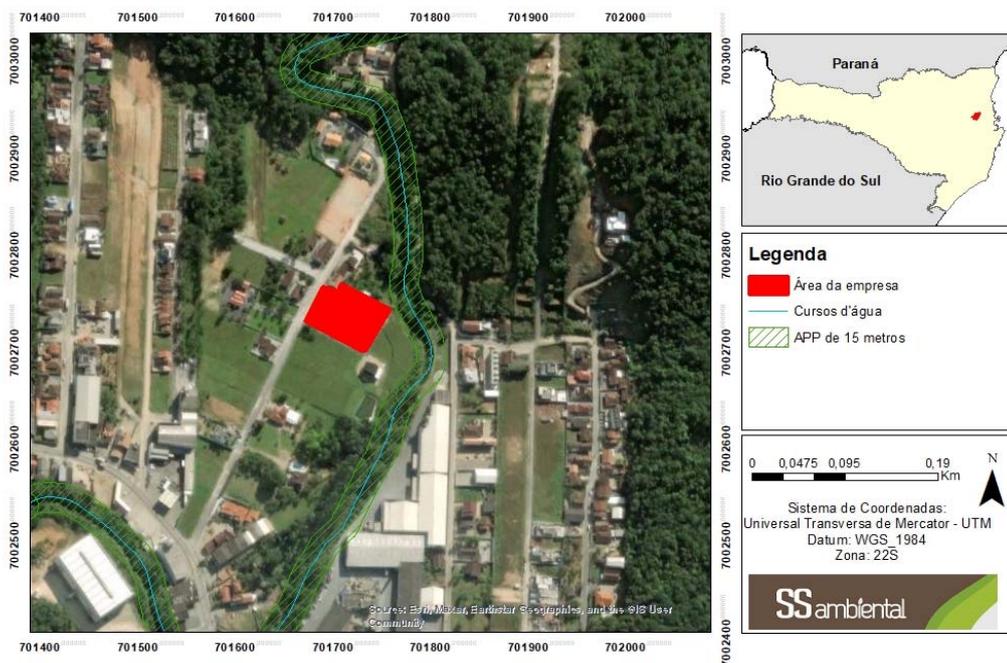


Figura 22 - Delimitação da APP do curso d'água presente no entorno.

9.4 Valorização imobiliária

O estudo de valorização ou desvalorização imobiliária é embasado em diversos aspectos, entre os quais a existência de segurança pública, um mercado diversificado, facilidade de deslocamento, infraestrutura entre outros.

A área de estudo está localizada próximo à rua Brusque que é considerada um corredor de desenvolvimento no município de Guabiruba, por ser uma das principais vias do município. Portanto, o empreendimento se encontra próximo a esses aspectos de valorização e já se encontra instalado, contribuindo para a valorização imobiliária por ser um gerador de emprego e renda. Como o empreendimento já está construído e busca pela ampliação, a paisagem não sofrerá significativa modificação, sendo assim não haverá uma desvalorização dos imóveis próximos a empresa.

9.5 Geração de tráfego e demanda por transporte público

Como o empreendimento já se encontra em operação e será apenas ampliado, não se prevê um aumento significativo na geração de tráfego na área. A média de fluxo de veículos deverá permanecer próxima aos níveis atuais. A principal vias de acesso a área de estudo pode ser observada na Figura 23.

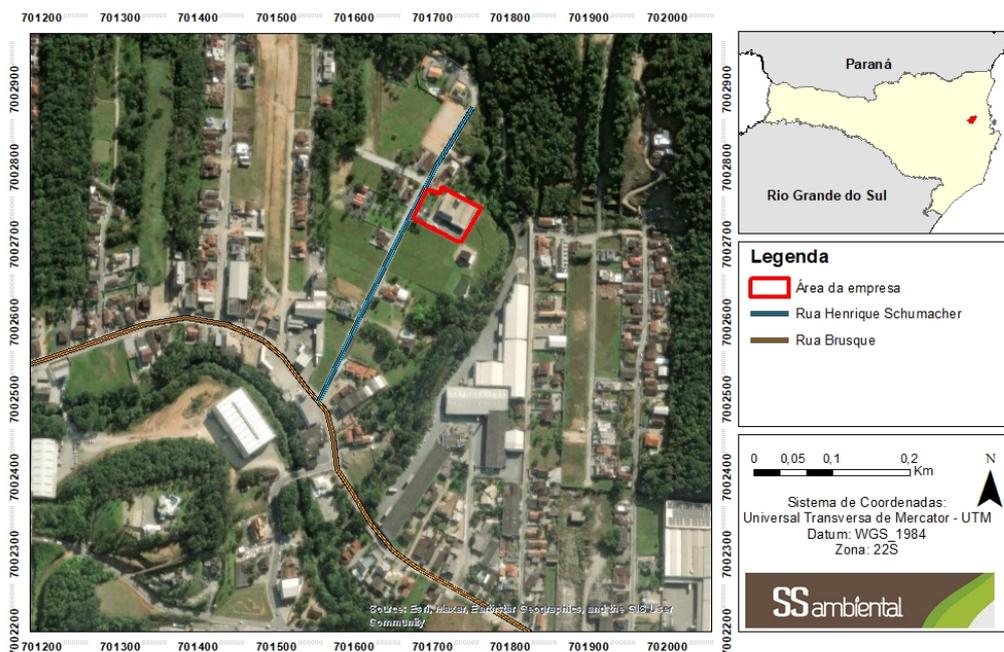


Figura 23 - Vias de acesso a área de estudo

9.6 Ventilação, iluminação e nível de ruídos

9.6.1 Ruídos

A Lei Complementar nº 107, de 26 de março de 2004, estabelece que os limites dos níveis de ruído devem ser estabelecidos conforme as diretrizes da NBR 10151:2019. Devido a existência de residências nas proximidades da empresa, e de que não se trata de um zoneamento industrial, essa região deve ser classificada como “área mista predominantemente residencial”. Conforme determinado pela Tabela 3 da norma NBR 10151:2019, são estabelecidos limites de **55 decibéis (dB)** para níveis de ruído durante o período diurno e **50 decibéis (dB)** durante o período noturno nesta área (conforme

indicado na Figura 24). É crucial observar que os níveis de ruído gerados pelo estabelecimento devem estar em conformidade com esses limites especificados, visando garantir a tranquilidade e o bem estar da vizinhança e das áreas circundantes, tanto durante o dia quanto durante a noite.

Tipos de áreas habitadas	RL_{Aeq} Limites de níveis de pressão sonora (dB)	
	Período diurno	Período noturno
Área de residências rurais	40	35
Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas	50	45
Área mista predominantemente residencial	55	50
Área mista com predominância de atividades comerciais e/ou administrativa	60	55
Área mista com predominância de atividades culturais, lazer e turismo	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

Figura 24 - Tabela 3 da NBR 10151 com limites de NPS por tipo de área e período.

A avaliação dos resultados seguiu as premissas contidas na NBR 10151:2019, conforme segue:

“A avaliação é realizada pela comparação do $LA_{eq}(Total)$ medido com a contribuição do(s) som(ns) proveniente(s) da(s) fonte(s) objetivo de avaliação, no respectivo período-horário, com limites de RL_{Aeq} em função do uso e ocupação do solo no local da medição’.

‘Quando o $LA_{eq}(Total)$ medido for superior ao limite de RL_{Aeq} para a área e o horário em questão, estabelecido na Tabela 2*, deve-se calcular o nível de pressão sonora específico $LA_{eq}(específico)$ da fonte sonora objeto de avaliação, conforme 9.2.3. Considera-se aceitável o resultado do $LA_{eq}(específico)$ quando este for menor ou igual ao estabelecido na Tabela 2*.’ * Neste caso foi considerado o limite diurno valores para RL_{Aeq} .

Os resultados dos níveis globais obtidos de cada medição estão apresentados nas tabelas e nos gráficos apresentados abaixo.

Tabela 7 – Resultado das medições no P1.

20250131_161242_161420.CMG									
ID	Família	Tipo de dado	Ponderação	localização	Início	Fim	Duração	Valor	Unidade
0	Leq	Leq	A		31/01/2025 16:12:42	31/01/2025 16:14:20	0:01:38	45,2	Pa
0	Leq	Leq	A	Max	31/01/2025 16:12:42	31/01/2025 16:14:20	0:01:38	49,7	Pa
0	Leq	Leq	A	Min	31/01/2025 16:12:42	31/01/2025 16:14:20	0:01:38	42,4	Pa

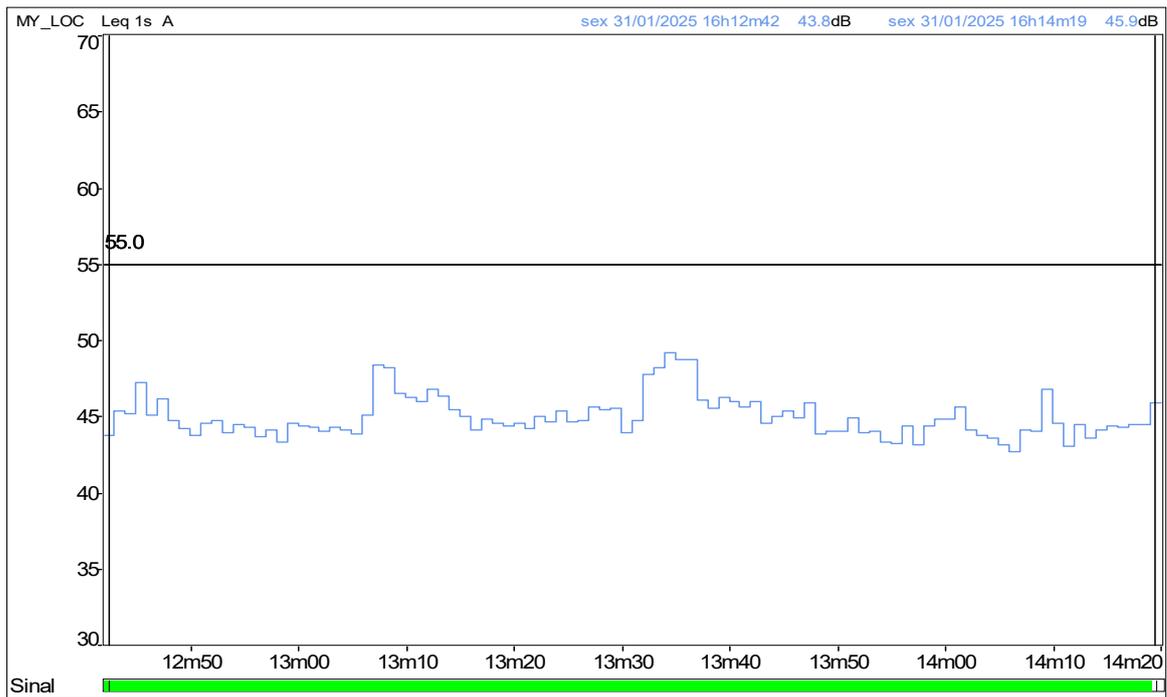


Figura 25 - Resultado nas medições no P1.

Tabela 8 - Resultado das medições no P2.

20250131_161442_161623.CMG									
ID	Família	Tipo de dado	Ponderação	localização	Início	Fim	Duração	Valor	Unidade
0	Leq	Leq	A		31/01/2025 16:14:42	31/01/2025 16:16:24	0:01:42	43,5	Pa
0	Leq	Leq	A	Max	31/01/2025 16:14:42	31/01/2025 16:16:24	0:01:42	52,3	Pa
0	Leq	Leq	A	Min	31/01/2025 16:14:42	31/01/2025 16:16:24	0:01:42	36,2	Pa

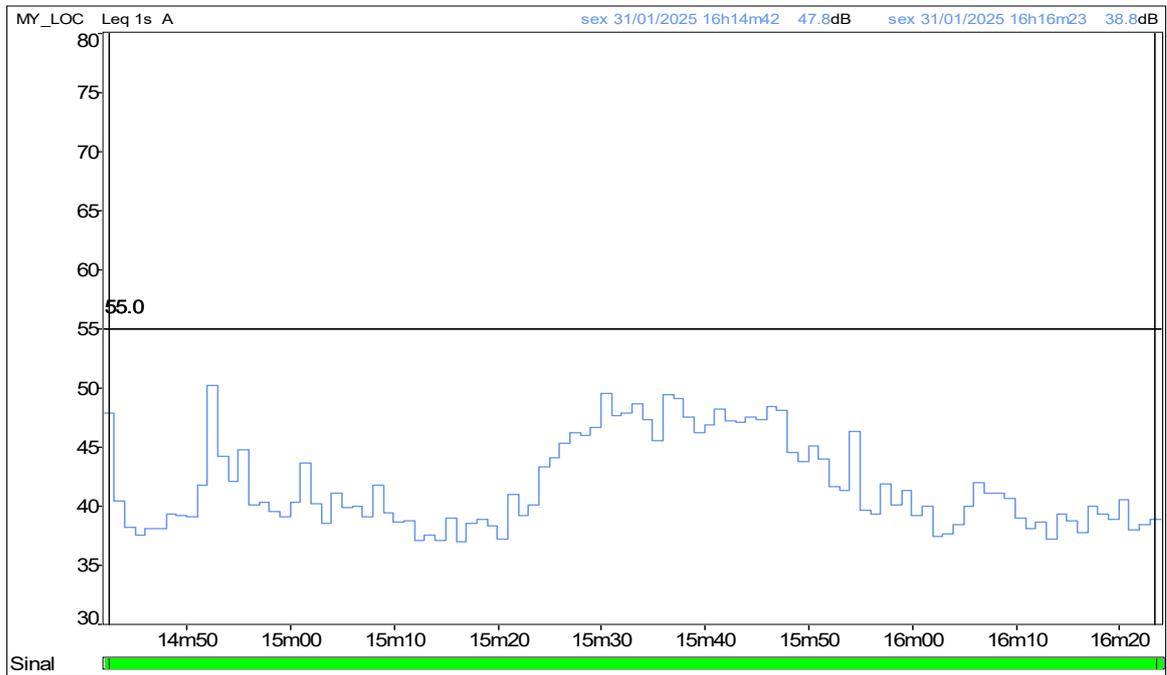


Figura 26 - Resultado das medições no P2.

Tabela 9 - Resultado das medições no P3.

20250131_161655_161845.CMG									
ID	Família	Tipo de dado	Ponderação	localização	Início	Fim	Duração	Valor	Unidade
0	Leq	Leq	A		31/01/2025 16:16:55	31/01/2025 16:18:45	0:01:50	51,4	Pa
0	Leq	Leq	A	Max	31/01/2025 16:16:55	31/01/2025 16:18:45	0:01:50	69,0	Pa
0	Leq	Leq	A	Min	31/01/2025 16:16:55	31/01/2025 16:18:45	0:01:50	38,5	Pa

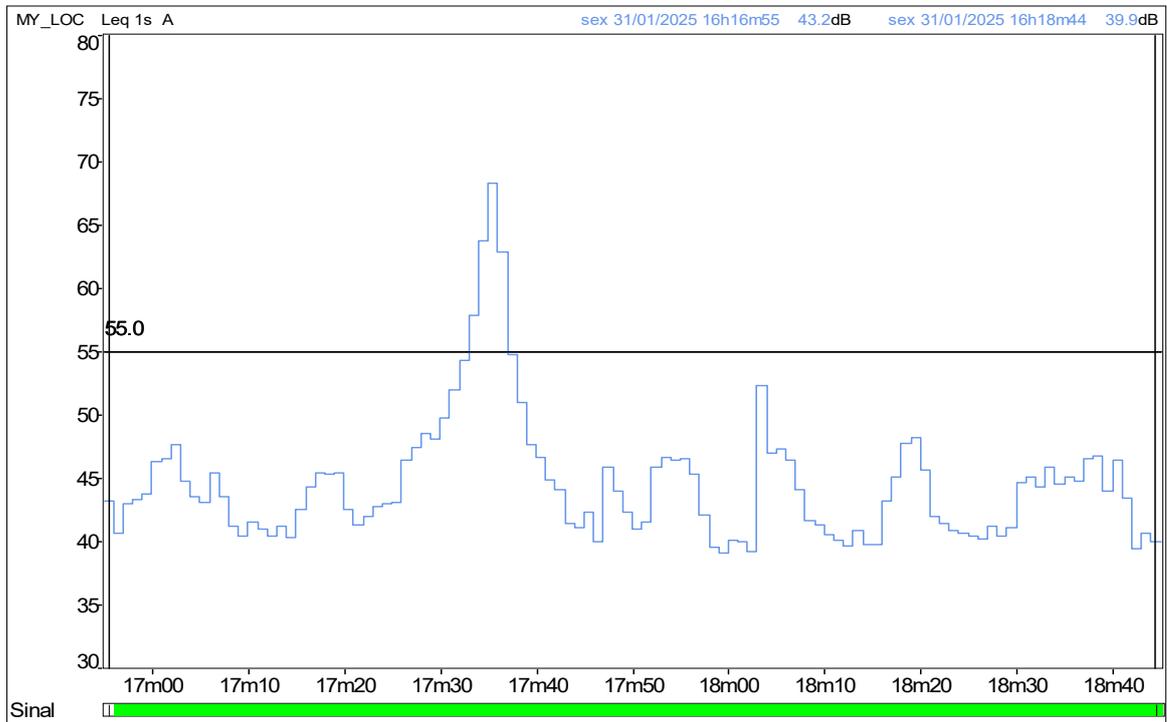


Figura 27 - Resultado das medições no P3.

Tabela 10 - Resultado das medições no P4.

20250131_161930_162101.CMG									
ID	Família	Tipo de dado	Ponderação	localização	Início	Fim	Duração	Valor	Unidade
0	Leq	Leq	A		31/01/2025 16:19:30	31/01/2025 16:21:01	0:01:31	45,7	Pa
0	Leq	Leq	A	Max	31/01/2025 16:19:30	31/01/2025 16:21:01	0:01:31	53,2	Pa
0	Leq	Leq	A	Min	31/01/2025 16:19:30	31/01/2025 16:21:01	0:01:31	39,2	Pa

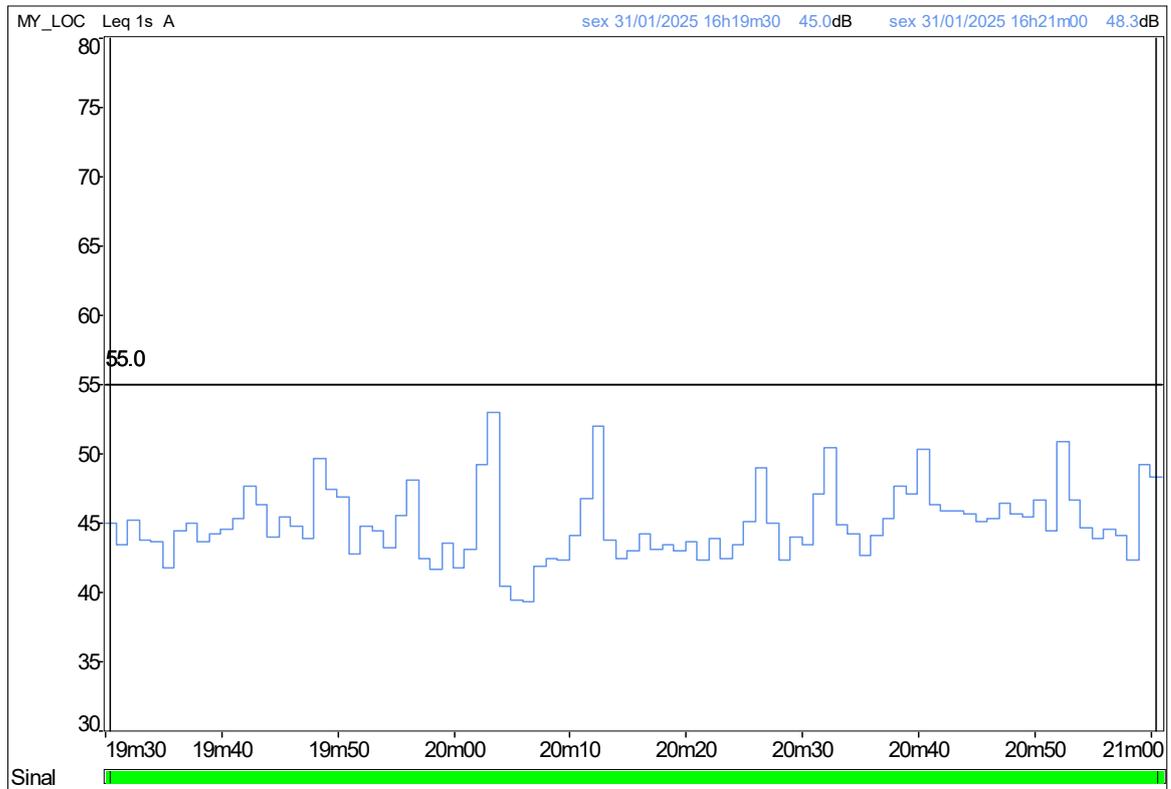


Figura 28 - Resultado das medições no P4.

Tabela 11 - Resultado das medições no P5.

20250131_162128_162300.CMG									
ID	Família	Tipo de dado	Ponderação	localização	Início	Fim	Duração	Valor	Unidade
0	Leq	Leq	A		31/01/2025 16:21:28	31/01/2025 16:23:00	0:01:32	44,4	Pa
0	Leq	Leq	A	Max	31/01/2025 16:21:28	31/01/2025 16:23:00	0:01:32	50,5	Pa
0	Leq	Leq	A	Min	31/01/2025 16:21:28	31/01/2025 16:23:00	0:01:32	40,6	Pa

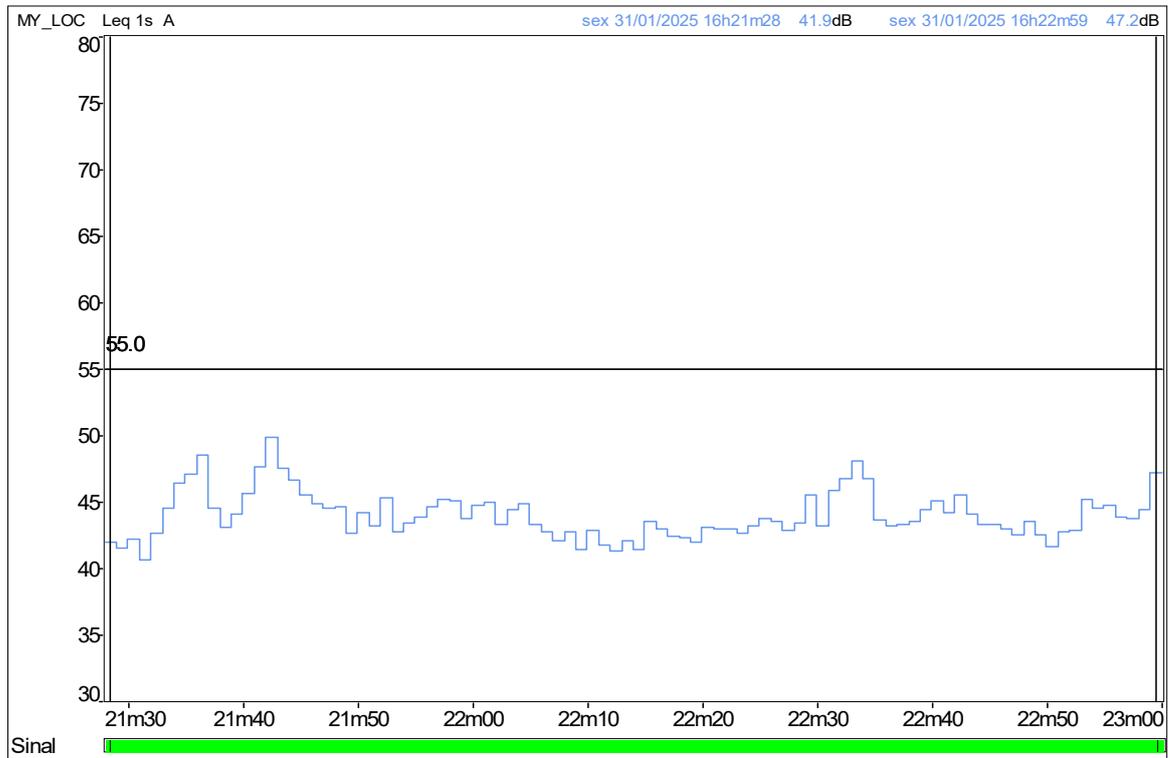


Figura 29 - Resultado das medições no P5.

Tabela 12 - Resultado das medições no P6.

20250131_162343_162518.CMG									
ID	Família	Tipo de dado	Ponderação	localização	Início	Fim	Duração	Valor	Unidade
0	Leq	Leq	A		31/01/2025 16:23:43	31/01/2025 16:25:18	0:01:35	48,5	Pa
0	Leq	Leq	A	Max	31/01/2025 16:23:43	31/01/2025 16:25:18	0:01:35	52,3	Pa
0	Leq	Leq	A	Min	31/01/2025 16:23:43	31/01/2025 16:25:18	0:01:35	39,8	Pa

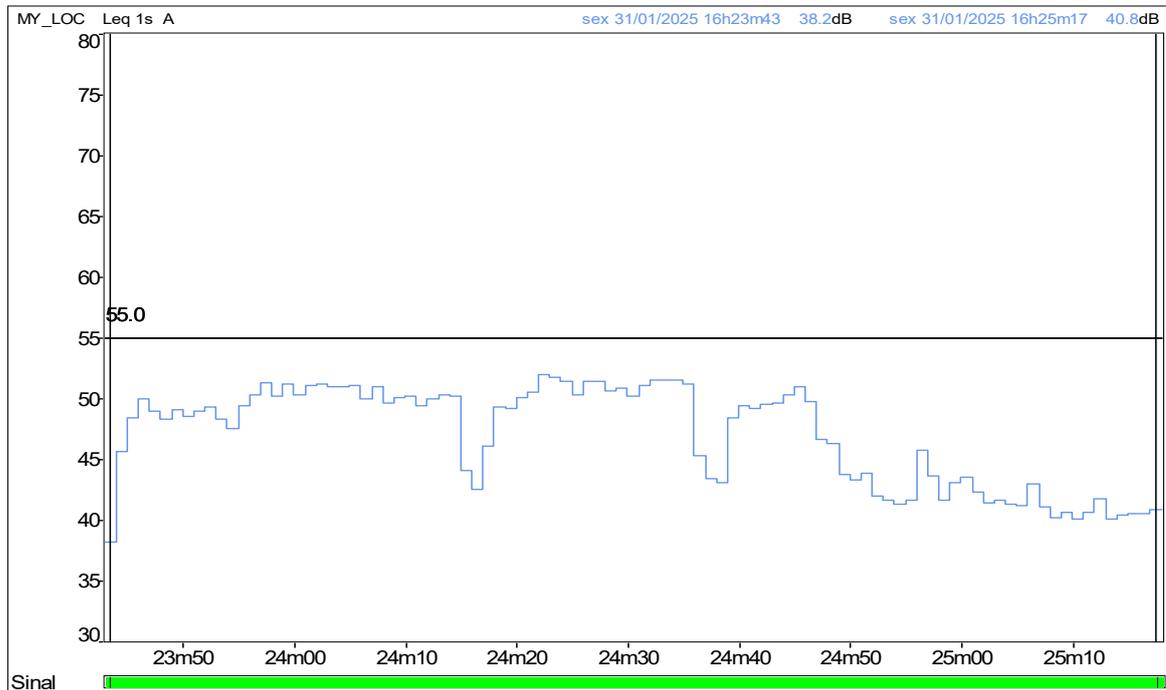


Figura 30 - Resultado das medições no P6.

Conforme visualizado acima, a medição de níveis de ruídos, nos arredores do empreendimento, se mostrou em conformidade com o especificado na legislação, uma vez que a NBR 10.151 determina que para áreas mistas predominantemente residencial, limites de **55 decibéis (dB)** para níveis de ruído durante o período diurno e **50 decibéis (dB)** durante o período noturno nesta área.

Já no que diz respeito aos possíveis problemas ventilação na AID e AII têm-se que a região não sofre com esse problema, mesmo com a ampliação não irá interferir significativamente nos regimes de ventos, visto que a construção é baixa, semelhante as construções já existentes no entorno.

9.7 Paisagem urbana e patrimônio natural, histórico e cultural

No município de Guabiruba, não há registros de monumentos históricos e culturais, conforme consulta na Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Também não há registro arqueológico conforme consulta Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 46/62
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------	----------------------

Ainda, têm-se a presença do Parque Nacional Serra do Itajaí, que pode ser considerado um monumento natural devido a sua importância ecológica, paisagística e científica. Este é responsável pela preservação de grandes remanescentes florestais na qual possui relevância para o município.

9.8 Vegetação e arborização urbana

O bioma presente no município de Guabiruba, no qual o empreendimento está inserido, é o bioma Mata Atlântica. Este bioma, originalmente, cobria uma área de aproximadamente 15% do território nacional brasileiro e cobria integralmente ou parcialmente 17 estados brasileiros, sendo que atualmente sua área está reduzida para 7,8% da área original. A distribuição do bioma ocorre ao longo da costa atlântica e nas regiões Sul e Sudeste, chegando a atingir a Argentina e o Paraguai. Esta vegetação é composta por um conjunto de ecossistemas, tais como: manguezais, restingas, florestas de baixada e de encosta da Serra do Mar, entre outros. (CAMPANILI; PROCHNOW, 2006).

Este bioma é considerado o segundo mais ameaçado de extinção. Mesmo diante desta situação, a Mata Atlântica é ainda considerada um dos biomas mais importantes do mundo. Isto ocorre devido à sua grande diversidade biológica e aos altos níveis de endemismo. Neste bioma observa-se também um elevado número de espécies ameaçadas de extinção. Por todas essas particularidades esse bioma é considerado um *hotspot* mundial que demanda ações imediatas de conservação (GOMES, 2013).

Dentro do bioma Mata Atlântica estão outras florestas de acordo com o seu padrão. O município Guabiruba está inserido na Floresta Ombrófila Densa Submontana, que é caracterizada por diversas formas de fanerófitos. É possível detectar padrões de vegetação distintos e heterogênicos, devido as variações de altitude do estado Santa Catarina, além de clima, tipos de solo e geomorfologia. A posição intermediária da Floresta Ombrófila Densa Submontana permite abranger espécies da FOD de Terras Baixas e FOD de Montana. Entre os aspectos comuns dessa floresta, a vegetação é perenifólia, ou seja, está sempre verde e a maioria das espécies se desenvolve em ambientes úmidos. (VIBRANS et al, 2013)

A Floresta Ombrófila Densa possui uma grande diversidade florística do Bioma Mata Atlântica, constituída por árvores, arvoretas, arbustos e herbáceo e, uma grande

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 47/62
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------	----------------------

variedade de epífitos e lianas. Apesar dessa grande biodiversidade a Floresta Ombrófila Densa (FOD) possui 40% de remanescentes em relação a sua área original, resultado da exploração histórica de espécies de valor econômico, criação de monoculturas diversas, pecuária e mais recente a especulação imobiliária (VIBRANS et al, 2013). Apesar disso, estima-se que esse bioma abriga 20.000 espécies de plantas vasculares, das quais cerca de 8.000 são endêmicas (BOSA, 2015).

Segundo Roderjan et al (2002) a floresta submontana primária alterada apresenta uma cobertura multiestratificada, com um dossel médio de 35 metros. Sendo as principais espécies representantes *Ocotea catharinensis*, *Sloanea guianensis*, *Virola bicuhyba*, *Alchornea triplinervia*, *Hyeronima alchorneoides*, *Cariniana estrellensis*, *Pseudopiptadenia warmingii*, *Cabralea canjerana*, *Cedrela fissilis*. E nos estratos inferiores ocorrem *Garcinia gardneriana*, *Guapira opposita*, *Bathysa meridionalis*, *Psychotria nuda*, *Psychotria suterella*, *Euterpe edulis*, *Geonoma schottiana* e *Cyathea hirsuta*.

9.9 Fauna

Em todo o mundo, estima-se que existam aproximadamente 5.000 espécies de mamíferos, dos quais mais de 40% são roedores e mais de 20% são morcegos. O Brasil abriga a maior diversidade de mamíferos do mundo, apresentando mais de 530 espécies descritas e destas, 66 espécies estão ameaçadas de extinção. No bioma Mata Atlântica existem cerca de 130 espécies e acredita-se que desta quantificação, 50 espécies são consideradas endêmicas.

A Mata Atlântica é um bioma muito rico em aves. Sua avifauna inclui mais de 600 espécies, das quais cerca de 160 são endêmicas, isto é, não existem em nenhum outro tipo de ambiente no mundo (WWF, 2010). A distribuição da avifauna da Mata Atlântica se da de acordo com a estrutura e complexidade da vegetação, sendo influenciada ainda por fatores, como: altitude, profundidade do solo, declividade do terreno e massas de ar (INSTITUTO TAMBORÉ, 2010).

Quanto a herpetofauna, no Bioma Mata Atlântica são conhecidas aproximadamente 540 espécies de anfíbios, sendo 472 endêmicas, sendo a maioria das espécies encontrada na Floresta Ombrófila Densa (HADDAD et al., 2013). Para os anfíbios aproximadamente 89% das espécies possuem atividade noturna e 11% em ambos os

períodos. Já em relação ao grupo dos répteis o bioma Mata Atlântica possui aproximadamente 200 espécies, sendo que deste total, 88 são consideradas espécies endêmicas.

Durante a visitação na área de estudo foram visualizadas espécies comuns em ambiente urbano, visto que se trata de uma área que sofreu processos antrópicos. A lista das espécies pode ser observada abaixo:

Tabela 13 - Espécies de fauna encontradas na área

Nome comum	Espécie	Família
Rolinha-roxa	<i>Columbina talpacoti</i>	Columbidae
Pardal	<i>Passer domesticus</i>	Passeridae
Andorinha-pequena-de-casa	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	Hirundinidae
Bem-te-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Tyrannidae
João-de-barro	<i>Furnarius rufus</i>	Furnariidae
Canário-da-terra	<i>Sicalis flaveola</i>	Thraupidae
Sabiá-laranjeira	<i>Turdus rufiventris</i>	Turdidae

9.10 Periculosidade

De acordo com a Lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977, art. 193:

“São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado [...]”.

Para o empreendimento em questão não foi observada nenhuma atividade com grau de periculosidade.

Embora as atividades não ofereçam risco, é importante ressaltar como medida mitigadora para possíveis acidentes, que deverão ser realizadas atividades de capacitação e treinamento na fase de contratação dos colaboradores. As atividades devem abordar temas como o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI's), riscos de acidentes de trabalho, procedimentos em emergência, entre outros.

	EIV - ESTUDO IMPACTO DE VIZINHANÇA	Pág. 49/62
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------	---------------

9.11 Vibração

Ar, solo e água são condutores naturais de vibrações originadas por máquinas utilizadas pelas atividades humanas, as quais podem interferir no conforto humano e estabilidade das construções já consolidadas. Geralmente as vibrações estão associadas às máquinas de grande porte e rotativas, como por exemplo, compressores de ar e bombas rotativas. Às vezes até mesmo automóveis em geral. Esses equipamentos podem gerar uma vibração, mesmo que residual. A empresa utiliza um compressor de ar, que possui área semi-fechada para isolamento. Porém, conforme verificados nas medições de ruídos a operação do compressor se mantém dentro do permitido na legislação. Em relação a vibração do compressor também pode-se afirmar que não interfere na vizinhança visto que a distância entre os vizinhos é significativa. Essa distância faz com que a vibração do compressor se dissipe, não atingindo as residências vizinhas.

10. IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS

10.1 Metodologia

Este item visa à identificação dos impactos ambientais na área do imóvel antes e depois da instalação do empreendimento. Para tanto foi utilizada a metodologia denominada Modelo de Avaliação e Gestão de Impacto Ambiental – MAGIA.

Este método consiste em classificar o impacto ambiental em diferentes categorias gerando assim o valor global de relevância de cada um deles, criando uma lista prioritária de impactos, possibilitando a identificação de qual deles possui maior relevância na escala positiva e na escala negativa.

Em cada um dos impactos ambientais identificados foram analisados os seguintes tributos: sentido, forma de incidência, distributividade, tempo de incidência, prazo de permanência e por fim, intensidade e importância.

No quadro abaixo é apresentada uma breve explicação de cada um destes atributos mencionados anteriormente.

Quadro 1- Atributos analisados na metodologia de identificação de impactos ambientais

Atributo	Definição	Alternativas
Sentido	Expressa a alteração ou modificação gerada por cada fenômeno ambiental, sobre um dado fator ambiental.	Positivo: quando o efeito gerado por este impacto ambiental for benéfico para as condições ambientais analisadas. Negativo: quando o efeito gerado por este impacto ambiental for adverso para as condições ambientais analisadas.
Forma de Incidência	Considera a consequência do impacto ou seus efeitos ao fator ambiental considerado em decorrência do empreendimento, podendo ser classificado como direto ou indireto. De modo geral os impactos indiretos são decorrentes de desdobramentos consequentes dos impactos diretos	Direta: resultante de uma simples relação de causa e efeito. Indireta: resultante de uma reação secundária em relação à ação, ou seja, consequência de um fenômeno ambiental direto.
Distributividade	Está relacionado com a repercussão dos impactos ambientais quanto a sua extensão em relação à área atingida pela implantação do empreendimento. Esta classificação pode ser local ou regional. Para um resultado satisfatório resultante da instalação de um empreendimento espera-se que um impacto ambiental positivo tenha abrangência regional e que um impacto ambiental negativo tenha abrangência local.	Local: quando o impacto, ou seus efeitos, ocorrem ou se manifestam somente na área de influência direta definida para o empreendimento. Regional: quando o impacto, ou seus efeitos, ocorrem ou se manifestam também na área de influência indireta definida para o empreendimento.
Tempo de incidência	Este atributo considera o tempo para que o mesmo, ou seus efeitos, se manifeste, desde a ação geradora, independentemente de sua área de abrangência.	Imediato: ocorre de forma imediata a transformação ambiental. Mediato: não ocorre de forma imediata, ou seja, para a sua manifestação é necessário que passe algum tempo após a transformação ambiental.
Prazo de permanência	Diz respeito à alteração do fator do meio ambiente, se retorna ou não às condições anteriores com a suspensão da atividade geradora do impacto.	Permanente: quando, uma vez ocorrida a ação, o fator ou parâmetro ambiental afetado não retorna às suas condições originais em um prazo previsível. Temporário: quando o fator ou parâmetro ambiental afetado, cessada a ação, retorna às suas condições originais.
Intensidade	Atributo quantitativo. É necessário verificar o quanto fisicamente o impacto é representativo	Varia de 1 a 5, sendo que quanto mais próximo do valor 1 menor representação física o impacto ambiental possui, caso contrário para o valor 5.
Importância	Este atributo é considerado qualitativo, ou seja, apresenta o quanto ele é relevante na situação que está sendo analisada.	Varia em valores entre 1 a 5, sendo que o valor 1 é utilizado para impactos ambientais que são considerados menos relevante para a situação analisada, e o valor 5 é utilizado quando o impacto ambiental possui importância máxima na situação de instalação/operação de um empreendimento.
Valor de Relevância Global - VRG	Determina o grau de importância do impacto	Multiplicação da magnitude, intensidade e importância

10.2 Impacto na Infraestrutura urbana

10.2.1 Impactos Positivos

Valorização imobiliária

<u>Causas e efeitos:</u>	A ampliação de empresas oferece uma maior demanda de serviços, dessa forma, atraindo novos moradores para o local por busca de emprego. Valorizando os imóveis locais.
<u>Ações corretivas:</u>	Não há

Geração de empregos

<u>Causas e efeitos:</u>	A execução das atividades de ampliação e operação do empreendimento demanda a contratação de novos serviços e funcionários. Esta contratação se dá de maneira direta e indireta (serviços de terceiros). Diante disto, acarretará na oferta de empregos, possibilitando renda para diversos profissionais.
<u>Ações corretivas:</u>	Não há

Ampliação da demanda de bens e serviços

<u>Causas e efeitos:</u>	O empreendimento origina a necessidade de aquisição de matéria prima, insumos e serviços na sua fase de ampliação e posterior operação. Com isso, têm-se um maior dinamismo econômico no município, sendo maior arrecadação de taxas e impostos.
<u>Ações corretivas:</u>	Não há

Aumento da qualidade de vida da população

<u>Causas e efeitos:</u>	O empreendimento promove demanda de empregos e serviços para a região, facilitando e possibilitando a obtenção de empregos e serviços.
<u>Ações corretivas:</u>	Não há

Dinamização da economia local

<u>Causas e efeitos:</u>	A oferta de novos serviços para a região melhora a economia local e do município, devido à arrecadação de impostos e taxas.
<u>Ações corretivas:</u>	Não há

10.2.2 Impactos Negativos

Deterioração dos equipamentos públicos e infraestrutura urbana

<u>Causas e efeitos:</u>	O maior número de pessoas circulando na região ocasionará maior desgaste e deterioração de bens públicos e de infraestrutura urbana como a pavimentação viária, entre outros.
<u>Ações corretivas:</u>	Deverá ocorrer manutenção periódica e investimentos nestes setores, por parte do poder público, a fim de manter em bom estado de uso os mesmos. Esse desgaste ocorrerá a longo prazo, uma vez que o fluxo de tráfego na via é atualmente baixo e permanecerá nessa condição, mesmo após a ampliação.

10.2 Impacto ambiental na área de vizinhança

10.2.1 Impactos Positivos

<i>Contribuição para o crescimento ordenado do município</i>	
<u>Causas e efeitos:</u>	Levando-se em consideração aspectos legais como o Plano Diretor do município, bem como respeitando os usos permitidos no Zoneamento instituído por lei.
<u>Ações corretivas:</u>	Não há.

10.2.3 Impactos Negativos

<i>Elevação dos níveis de ruídos</i>	
<u>Causas e efeitos:</u>	A elevação dos níveis de ruídos se dará somente pela necessidade de movimentação de veículos de transporte e equipamentos. As demais atividades permanecerão inalteradas, o que não resultará em aumento nos níveis de ruído.
<u>Ações corretivas:</u>	Serão respeitados os limites estabelecidos na NBR 10.151, NBR 10.152, Lei Complementar nº 24/03 e Resolução CONAMA 01/90. Além disso, o fluxo de caminhões ocorre apenas em horário comercial.

<i>Geração de efluentes</i>	
<u>Causas e efeitos:</u>	A geração de efluentes será decorrente do esgoto sanitário dos trabalhadores e clientes que possam vir a empresa.
<u>Ações corretivas:</u>	A empresa conta com um sistema de tratamento de efluentes do tipo filtro anaeróbio e tanque séptico.

Geração de resíduos sólidos

<u>Causas e efeitos:</u>	A geração de resíduos sólidos será decorrente das atividades operacionais e rotineiras da empresa.
<u>Ações corretivas:</u>	A empresa conta com coletores dispostos na empresa para coleta dos resíduos e posterior destino adequado.

13. MATRIZ DE IMPACTOS

13.1 Impacto na Infraestrutura urbana

O quadro abaixo diz respeito aos impactos descritos anteriormente, classificando-os de acordo o VRG – Valor de Relevância Global

Quadro 2 - Matriz de Avaliação de Impacto Ambiental referente a infraestrutura urbana

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA INFRA-ESTRUTURA URBANA

Fenômenos Ambientais	COMPOSIÇÃO DA MAGNITUDE										ATRIBUTOS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS			
	Sentido		Forma de Incidência		Distributividade		Tempo de Incidência		Prazo de Permanência		Magnitud e (1 a 5)	Intensi dade (1 a 5)	Import ância (1 a 5)	VRG (1 a 125)
	positivo	negativ o	direta	indiret a	local	regional	imediate	mediato	perma nente	temp orário				
Valorização imobiliária	x			x		x	x		x		4	2	2	16
Geração de empregos	x		x		x		x		x		4	3	4	48
Ampliação da demanda de bens e serviços	x		x			x	x		x		5	2	3	30
Aumento da qualidade de vida da população	x			x	x		x		x		3	1	4	12
Dinamização da economia local	x		x			x	x		x		5	1	2	10
Deterioração dos equipamentos públicos e infraestrutura urbana		x		x		x		x	x		-3	1	3	-9

13.2 Impacto ambiental na área de vizinhança

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL DO CENÁRIO DE ALVO

Fenômenos Ambientais	COMPOSIÇÃO DA MAGNITUDE										ATRIBUTOS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS			
	Sentido		Forma de Incidência		Distributividade		Tempo de Incidência		Prazo de Permanência		Magnitu de (1 a 5)	Intensida de (1 a 5)	Importân cia (1 a 5)	VRG (1 a 125)
	positiv o	negativ o	diret a	indiret a	local	regio nal	imediate	media to	permanen te	temporári o				
Contribuição para o crescimento ordenado do município	x		x		x		x		x		4	3	2	24
Elevação dos níveis de ruídos		x	x		x		x		x		-4	1	3	-12
Geração de efluentes		x	x		x		x		x		-4	2	4	-32
Geração de resíduos sólidos		x	x		x		x		x		-4	2	4	-32

14. CONCLUSÃO

Ao término do presente Estudo de Impacto de Vizinhança, conclui-se que a ampliação da empresa acarretará impactos tanto positivos quanto negativos. Entre os impactos positivos na infraestrutura urbana, destacam-se a valorização imobiliária, a geração de empregos, a ampliação da demanda por bens e serviços, a dinamização da economia local e o aumento da qualidade de vida.

No que tange aos impactos ambientais positivos na área circundante, destaca-se a contribuição para o crescimento ordenado da cidade, uma vez que a ampliação ocorrerá em uma área já destinada à urbanização, e com a documentação de acordo com a legislação vigente.

Entretanto, também serão gerados impactos negativos, como a deterioração dos equipamentos públicos e da infraestrutura urbana, o aumento nos níveis de ruídos, a geração de efluentes sanitários e resíduos sólidos. No entanto, para mitigar esses impactos, foram propostas ações corretivas que, se implementadas adequadamente, permitirão que a operação da empresa seja considerada ainda mais favorável e viável, resultando em consequências menos prejudiciais tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade local.

Por fim, conclui-se que a implantação do empreendimento na região proposta é viável, desde que as ações corretivas sejam cumpridas. Com isso, a região estará apta a suportar a infraestrutura urbana necessária, incluindo vias e transporte público, e ainda poderá se beneficiar da valorização imobiliária, além de atender à demanda por serviços e empregos.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Nacional de Águas - ANA. **Atlas – Abastecimento Urbano de Água**. Brasília: ANA, 2010. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/atlas/forms/analise/Geral.aspx?est=4&mapa=sist#>>. Acessado em: 11 fev. 2015.

BRASIL, Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências**.

CUNHA, U. S. **Dendrometria e Inventário Florestal**. Escola Agrotécnica Federal de Manaus. Manaus, 2004.

Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte – DNIT. **Manual de estudos de tráfego**. Rio de Janeiro, 2006. 384 p. (IPR. Publ., 723).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010. 2010. **Sinopse por setores: Itajaí**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acessado em: 11 fev. 2015.

IBGE CIDADES. **Santa Catarina: Itajaí**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420820&search=||info%EFicos:-informa%EF5es-completas>>. Acessado em: 11 fev. 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social. **Mobilidade Urbana 2ª edição: análise preliminar dos dados coletados em 2011**. 2 ed. Brasília, 2012. 13 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Mata Atlântica**. 2. Biodiversidade. I. Brasil.. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Núcleo Mata Atlântica e Pampa. II. Campanili, Maura. III. Schaffer, Wigold Bertoldo. Brasília, 2010.

NAPOLITANO, Giuliana. **Guia de Imóveis 2013**. Revista Exame, edição 1041, ano 47, n.9, p.1-14, 2013.

PREFEITURA DE ITAJAÍ. **Ligação do sistema de esgoto em Itajaí**. 2014. Disponível em: <http://www.itajai.sc.gov.br/noticia/9005/ligacao-do-sistema-de-esgoto-em-itajai#.VNuuZvnF_ZA>. Acessado em: 11 fev. 2015.

_____. **Unidade de Atendimento a População**. Disponível em: <http://www.itajai.sc.gov.br/c/unidades-atendimento-populacao#.VNyNFvnF_ZA>. Acessado em: 12 fev. 2015.

SAMPAIO, Luciana. **Estudo de impacto de vizinhança: sua pertinência e a delimitação de sua abrangência em face de outros estudos ambientais**. 2005. 70 f.

Monografia (Especialização) - Curso de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SEMASA. **Sobre o SEMASA: Histórico.** Disponível em: <<http://www.semasaitajai.com.br/?modo=sobre>>. Acessado em: 11 fev. 2015.

SEBRAE-SC. **Santa Catarina em Números:** Itajaí. Florianópolis, 132 p. 2013.

SOS MATA ATLÂNTICA. **A Mata Atlântica.** Disponível em:

<<http://www.sosma.org.br/nossa-causa/a-mata-atlantica/>>. Acessado em: 17 dez. 2014.

VALÉSI, Raquel Helena. A contribuição do estudo do impacto de vizinhança como processo de transformação do direito de propriedade. **Revista da Faculdade de Direito**, n. 2, p. 162-179, 2014

ZACARIAS, Rachael; PINTO, Vicente Paulo dos Santos Pinto. Crise ambiental: adaptar ou transformar? As diferentes concepções de educação ambiental diante deste dilema. **Educ. foco**, v. 14, n. 2, p. 39-54, 2010.

WILLEMANN, Cyntia da Silva Almeida. Estudo de impacto de vizinhança: um instrumento para efetivação do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, n. 10, p.199-223, 2007.

ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e planejamento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, P. A.; ALMEIDA, M. E. Uso e ocupação do solo em áreas de relevo acidentado: desafios e perspectivas ambientais. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 65, n. 2, p. 123-140, 2018.

16. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

O presente Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV) foi elaborado conforme prevê a legislação vigente e desenvolvido por profissional devidamente cadastrado no registro de classe competente. Abaixo será apresentado os dados do responsável técnico pelo presente estudo.

Nome

Karoline Heil Soares

CPF

066.240.789-01

Qualificação Profissional

Bióloga

CRBio 075.888/03-D

Cadastro no Ibama: 5638077

Endereço Completo

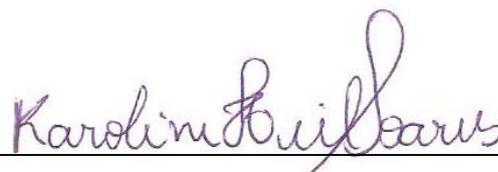
Rua Bulcão Viana, nº 571

CEP

88354-070 - Brusque – SC

Telefone para Contato

(47) 3355-8057



Karoline Heil Soares

Nome

Rodrigo Luiz Marchi

CPF

007.733.569-40

Qualificação Profissional

Engenheira Ambiental

Crea 069797-7

Endereço Completo

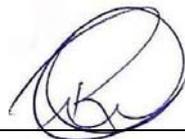
Rua Azambuja, n° 702

CEP

88354-101 - Brusque – SC

Telefone para Contato

(47) 3355-8057



Rodrigo Luiz Marchi

ANEXOS



Anexo I

Declaração de Regularidade Ambiental

Declaração de Regularidade Ambiental nº DRA/48/2024

O Município de Guabiruba, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 784/2001, e considerando a Lei Municipal nº 1.780/2022 e a Lei nº 12.651/2012, declara que:

Com base nos documentos apresentados, o imóvel abaixo identificado está inserido em **Área Urbana Consolidada** e a **Área de Preservação Permanente (APP)** a ser respeitada será de **15 (quinze) metros da margem do curso d'água**, pois atente com os requisitos da Lei.

Protocolo: 1755/2024		
Proprietário: OVIDIO REICHERT		
CPF/CNPJ: 246.917.719-72		
Endereço: RUA HENRIQUE SCHUMACHER - BAIRRO CENTRO - GUABIRUBA/SC		
Coordenadas Geográficas: 27°05'00,68" (S) e 48°57'54,34" (W)		
Área Total do imóvel: 23.444,00m²	Área de Preservação Permanente: 1.170,50m²	Matrícula: 87.379

Responsável Técnico:

Engenheiro Civil JAIMER FRANCISCO WERNER – CREA/SC 126635-8 – ART 9620281-5

Com as seguintes restrições:

“As contidas em todo o processo informado acima e na legislação ambiental em vigor”;

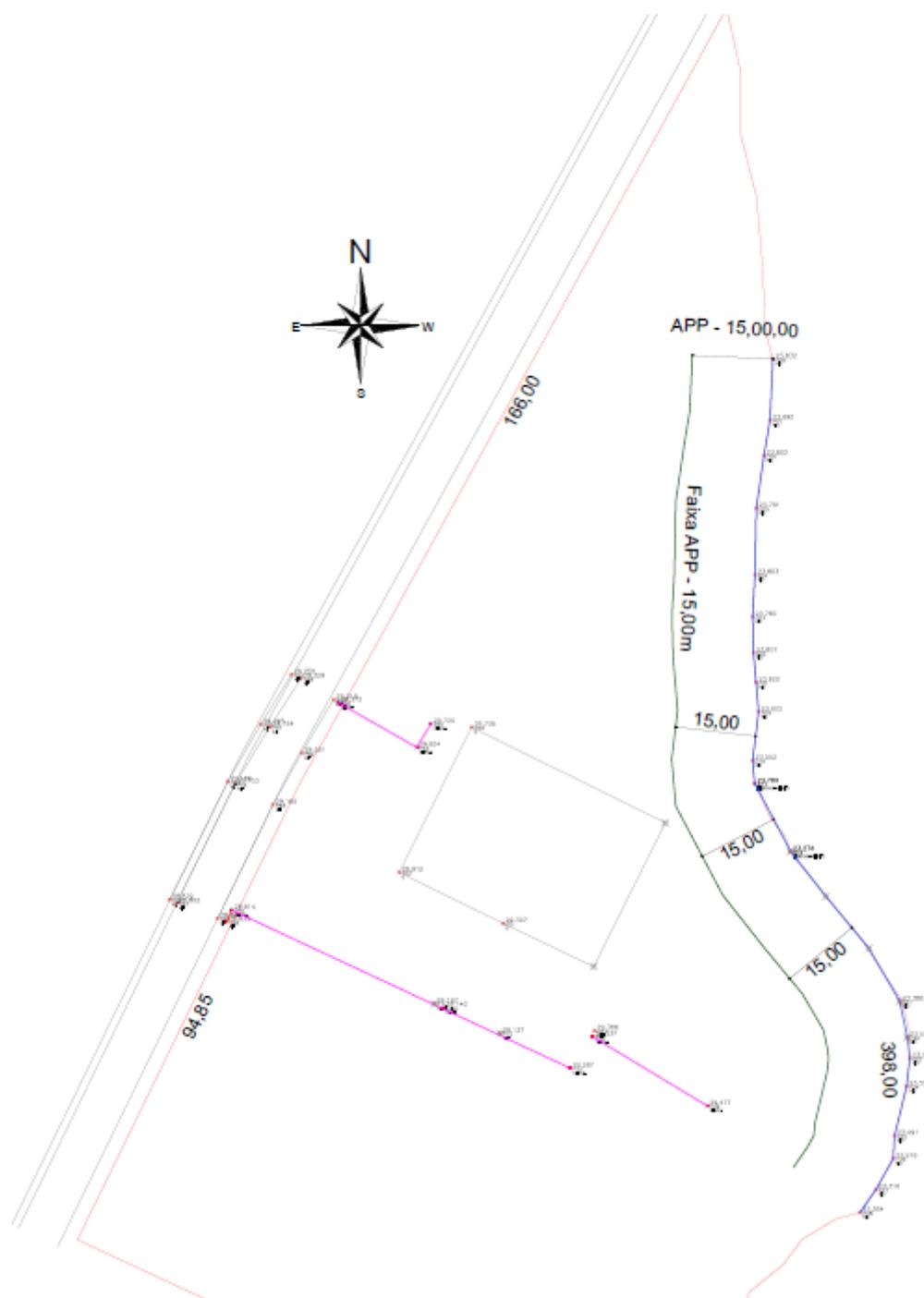
“Esta declaração não autoriza o corte ou supressão de vegetação da Mata Atlântica, ou qualquer outra intervenção do terreno”;

“A Área de Preservação Permanente deverá ser preservada, sob pena de cometimento de infração ambiental”;

“Novas obras deverão obedecer ao recuo de 15 metros do curso de água”.

Local e Data:
Guabiruba, 18/12/2024

Bruna Lyra Colombi
Engenheira Química
Secretária Municipal do Meio Ambiente





Anexo II

Anotação de Responsabilidade Técnica – ART



1. Responsável Técnico

RODRIGO LUIZ MARCHI

Título Profissional: Engenheiro Ambiental

RNP: 2502375584
Registro: 069797-7-SC

Empresa Contratada: COTA7 ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL LTDA ME

Registro: 141889-0-SC

2. Dados do Contrato

Contratante: TECELAGEM RESITIN LTDA - EPP

Endereço: RUA HENRIQUE SCHUMACHER

Complemento:

Cidade: GUABIRUBA

Valor: R\$ 500,00

Contrato:

Celebrado em:

Vinculado à ART:

Bairro: CENTRO

UF: SC

Ação Institucional:

Tipo de Contratante:

CPF/CNPJ: 07.022.984/0001-50
Nº: 200

CEP: 88360-000

3. Dados Obra/Serviço

Proprietário: TECELAGEM RESITIN LTDA - EPP

Endereço: RUA HENRIQUE SCHUMACHER

Complemento:

Cidade: GUABIRUBA

Data de Início: 20/02/2025

Finalidade:

Previsão de Término: 31/07/2025

Coordenadas Geográficas:

Bairro: CENTRO

UF: SC

CPF/CNPJ: 07.022.984/0001-50
Nº: 200

CEP: 88360-000

Código:

4. Atividade Técnica

Laudo Do Monitoram. Ambiental

Ruídos e Vibrações - Não Ocupacionais

Dimensão do Trabalho:

1,00

Unidade(s)

5. Observações

Realização de medição de ruído em campo e elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV nas dependências e arredores da Tecelagem Reistin Ltda - EPP para fins de apresentação ao Concidades.

6. Declarações

. Acessibilidade: Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) nesta ART não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Informações

. A ART é válida somente após o pagamento da taxa.
Situação do pagamento da taxa da ART em 20/02/2025: TAXA DA ART A PAGAR
Valor ART: R\$ 103,03 | Data Vencimento: 05/03/2025 | Registrada em: 20/02/2025
Valor Pago: | Data Pagamento: | Nosso Número: 14002504000074995

. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-sc.org.br/art.

. A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

. Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/09 do CONFEA.

9. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

BRUSQUE - SC, 20 de Fevereiro de 2025

Documento assinado digitalmente



RODRIGO LUIZ MARCHI

Data: 20/02/2025 11:30:01-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RODRIGO LUIZ MARCHI
007.733.569-40

